

*Para a História do socialismo*  
[www.hist-socialismo.net](http://www.hist-socialismo.net)

Recensão de CN, Abril 2004

---

**Serguei Kara-Murza**

# **A Civilização Soviética**

*Algoritm*, Moscovo, 2002

## Índice

<i>Introdução</i> .....	pág. 4
<b>Da reforma à «revolução».</b> A etapa da <i>glasnost</i> .....	pág. 5
A «reforma» das instituições.....	pág. 7
Alterações no sistema político.....	pág. 9
Forças armadas e de segurança interna.....	pág. 10
O desmantelamento da administração do Estado.....	pág. 10
<b>A desestabilização da economia</b> .....	pág. 11
A campanha anti-álcool.....	pág. 13
A liquidação do sistema de planificação.....	pág. 14
A origem dos nacionalismos.....	pág. 16
O «golpe» de Agosto de 1991.....	pág. 18
O revisionismo e a <i>perestróika</i> .....	pág. 20
<b>A manipulação das consciências</b> .....	pág. 21
A campanha anti- <i>kolkhozes</i> .....	pág. 24
Meias-verdades e mentiras descaradas.....	pág. 26
O desempenho do sistema agrícola.....	pág. 27
A descapitalização da agricultura.....	pág. 29
<b>Dificuldades do sistema soviético</b> .....	pág. 31
O mundo dos símbolos.....	pág. 32
A economia e a sociedade.....	pág. 33
A eficácia da planificação.....	pág. 35
<b>O papel social das empresas</b> .....	pág. 38
O direito à alimentação.....	pág. 40
Habituação garantida.....	pág. 41
Os cuidados de saúde.....	pág. 43
O apoio à infância.....	pág. 44
A extinção da pobreza.....	pág. 45
O pleno emprego.....	pág. 47

## **Nota de introdução**

A «perestróika» (reconstrução, reestruturação, reorganização) começou por designar um conjunto de reformas económicas, sociais e políticas dentro da sociedade soviética, visando o desenvolvimento e aperfeiçoamento do socialismo.

Este ímpeto reformador e mobilizador da sociedade, presente em vários outros períodos da história da União Soviética, designadamente na época de Khruchov ou no breve período de Andropov, teve início com a eleição de Mikhail Gorbatchov para secretário-geral do PCUS, no Plenário do Comité Central de Abril de 1985.

Numa primeira fase, no plano interno, foram declarados objectivos prioritariamente de carácter económico, como o aumento da produtividade, da eficácia, da qualidade da produção, a auto-sustentabilidade das empresas, o melhoramento da rede de abastecimento, entre outros.

No plano político e social declarou-se, de forma geral, o regresso aos princípios leninistas, a dinamização dos soviets, o aprofundamento da democracia socialista, o combate à burocracia, ao departamentalismo, à corrupção, etc.

Estes objectivos foram confirmados pelo XXVII Congresso do PCUS, realizado entre 25 de Fevereiro e 6 Março de 1986, cujas decisões, apontando a necessidade de reformas concretas em vários planos da sociedade, proclamaram o contínuo desenvolvimento das enormes potencialidades do sistema socialista soviético, colocando designadamente a meta de duplicar o Produto Interno Bruto no período subsequente de 15 anos.

Porém, a orientação dada a estas reformas cedo começou a pôr em causa não só os princípios do socialismo mas também os próprios fundamentos em que assentava todo o sistema político, social e económico da URSS.

Na sua extensa obra, *Civilização Soviética*, (dois volumes e mais de 1600 páginas em corpo pequeno), publicada em 2002 e da qual não conhecemos traduções do russo, Serguei Kara-Murza expõe-nos uma interessante visão sobre a nova sociedade nascida em 1917 na Rússia czarista, analisando os distintos períodos que marcaram a sua implantação, desenvolvimento e desagregação.

Neste brevíssimo e lacunar resumo, abordamos apenas os capítulos que se referem à fase da perestróika, procurando apresentar, na perspectiva do autor, os principais momentos deste processo que se revelou decisivo para a destruição da URSS e para a derrota do socialismo como sistema mundial.

CN, Abril 2004<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> O presente trabalho foi revisto em Julho de 2008.

## **Da reforma à «revolução»** (Vol. II, parte II, C. 5, págs. 269-278)

O programa de reformas do estado soviético entrou numa fase decisiva no ano de 1987. Serguei Kara-Murza afirma que foi então que Gorbachov definiu a *perestroika* como «uma revolução», ou seja, «os mais altos dirigentes do PCUS viam agora a tarefa não num processo gradual de reformas, mas na transformação da sociedade através da quebra e ruptura com a continuidade».

Neste sentido, Kara-Murza considera que «a *perestroika* se inclui na categoria das «revoluções feitas a partir de cima» (...), «nas quais as camadas dirigentes, utilizando o aparelho do Estado, têm um papel decisivo».

Entre outros aspectos, que serão aprofundados mais adiante neste trabalho, o autor nota que a «*perestroika* fez parte integrante do conflito mundial – a *guerra-fria*», e que «no seu desenvolvimento e aproveitamento dos resultados, as forças políticas estrangeiras desempenharam um importante e activo papel».

Como força motriz desta «revolução», surgiu «uma invulgar aliança» dos seguintes grupos sócio-culturais: «parte da *nomenclatura* do Estado e do Partido, ansiosa por superar o amadurecimento de uma crise de legitimidade e conservar a sua situação (mesmo que para isso tivessem de trocar de máscara ideológica); parte da *intelligentsia*, seduzida pela utopia liberal do Ocidente (moviam-na vagos ideais de liberdade e de democracia e a visão de prateleiras repletas de produtos); e camadas criminosas ligadas à economia paralela».

Em geral, conclui Kara-Murza, «todos estes sujeitos activos da *perestroika* obtiveram no final aquilo que pretendiam. Os grupos da economia paralela e a *nomenclatura* acederam à propriedade e dividiram entre eles o poder, a *intelligentsia* – prateleiras repletas e a liberdade de atravessar a fronteira».

Com ironia amarga, o autor recorda que uma das principais exigências levantadas pela *intelligentsia* no decorrer da *perestroika* foi «o fim dos limites à subscrição» de jornais e revistas: «Os limites foram retirados (em 1988), mas a tiragem do [jornal] *Literaturnaia Gazeta* caiu de cinco milhões para 30 mil exemplares (em 1997). A falta de dinheiro restringe mais fortemente a liberdade de subscrição do que os limites que antes existiam. Mas sobre isto não pensaram.»

### **A etapa da *glasnost***

A *glasnost* (transparência, publicitação) designou a primeira etapa da *perestroika*, que se prolongou «até à autêntica desmontagem do Estado soviético. Constituiu uma “revolução nas consciências”, conduzida de acordo com a teoria da revolução de Antonio Gramsci<sup>2</sup>».

Este fundador do Partido Comunista Italiano, nos seus *Cadernos da Prisão*, publicados pela primeira vez em 1948, desenvolve uma nova teoria sobre o Estado e a revolução adaptada à população urbana, que se contrapõe à teoria leninista alegadamente concebida para o contexto de uma Rússia rural.

Partindo do postulado de Maquiavel de que o Estado depende da força e da concórdia, Gramsci, como explica o autor (V. II pág.539), vê na destruição da «hegemonia cultural» a via revolucionária para a destruição do Estado.

A situação de hegemonia atinge-se quando o nível de concórdia e aceitação entre os cidadãos é suficiente para os fazer desejar aquilo que a classe dominante exige. Trata-se, porém, de um processo dinâmico, em que, mesmo depois de atingida a hegemonia, são necessários esforços constantes para a manter e renovar.

---

<sup>2</sup> Antonio Gramsci, (1891-1937), político, jornalista e teórico marxista foi um dos fundadores do Partido Comunista Italiano, constituído em 21 de Janeiro de 1921, a partir de uma facção do Partido Socialista Italiano.

A estabilidade ou o derrubamento dos regimes políticos dependeria assim da capacidade de alcançar ou de destruir a «hegemonia», no pressuposto de que em qualquer dos casos se trata não de um resultado da luta de classes, mas de um processo «molecular», de graduais e imperceptíveis alterações na opinião e atitude de cada cidadão.

Uma vez que a «hegemonia» se alicerça sobre o «núcleo cultural» das sociedades (o conjunto de concepções sobre o mundo e a humanidade, o bem e o mal, o belo e o horrível, bem como numa diversidade de símbolos e imagens, tradições e preconceitos, experiências e conhecimentos adquiridos ao longo de muitos séculos), torna-se necessário, para quebrá-la, agir permanentemente através da repetição ininterrupta das mesmas afirmações, dirigidas ao senso comum e não contra o adversário ou inimigo de classe. Depois de muito habituado, o cidadão médio acreditaria no que lhe é transmitido sem precisar de raciocinar.

Quando amadurece a «crise hegemónica» e surge uma situação de «guerra», as acções «moleculares» devem ser reforçadas rapidamente com operações planeadas que provoquem um profundo impacto nas consciências (Kara-Murza refere como exemplos, os acontecimentos da Roménia de 1989 ou o «golpe» de Moscovo de Agosto de 1991).

Esta teoria, afirma o autor, inspirou a etapa da *glasnost* e todo o programa de desintegração da «hegemonia» do regime soviético. O «sucesso» de tal operação estava à partida garantido porque, ao contrário da Itália de Gramsci onde os comunistas nunca dominaram os instrumentos de poder, na URSS todo o aparelho ideológico e de propaganda encontrava-se naquele momento nas mãos dos conspiradores.

Assim, a *glasnost* constituiu «um grande programa de destruição de imagens, símbolos e ideias, que consolidavam o “núcleo cultural” da sociedade e reforçavam a hegemonia do estado soviético. Este programa foi executado através da intensa utilização dos meios estatais de informação de massas, envolvendo activamente prestigiados cientistas, poetas e artistas. Nesta operação, a parte da *intelligentsia* que apelava ao bom senso foi completamente silenciada, impedindo-se qualquer tentativa de debate sério na sociedade: «a «maioria “reaccionária” não logrou expressar-se».

E mesmo alguns artigos de sinal contrário que geraram forte polémica, como a famosa «Carta de Nina Andreeva»<sup>3</sup>, foram intencionalmente e «minuciosamente seleccionadas, entre as intervenções mais grosseiras», afirma o autor.

A descredibilização dos símbolos e imagens alcançou uma notável profundidade histórica alvejando, desde figuras recentes como o general Jukov, até personagens do passado como o general Kutuzov ou mesmo o mítico Aleksandr Nevski. Foram utilizados de forma intensiva os grandes acidentes (Tchernóbil ou o naufrágio do navio «Admiral Nakhimov», em Abril e Agosto de 1986, respectivamente), os incidentes (aterragem na Praça Vermelha da avioneta do cidadão alemão, Mathias Rust, em Maio de 1987), os derramamentos de sangue (Tbilissi, 1989), ou ainda situações chocantes como a infecção com SIDA de 20 crianças num hospital da cidade de Elist, em Kalmekia, que produziram um grande efeito psicológico.

A propósito deste último caso, o autor lembra que na mesma altura, em França, foram infectadas quatro mil pessoas com sangue contaminado, notícia que foi completamente omitida pela imprensa e televisão soviéticas.

Também o movimento ecologista foi chamado a desempenhar um papel puramente ideológico, levantando todo o tipo de suspeitas, designadamente sobre a segurança dos alimentos, que deixaram a opinião pública num estado próximo da psicose. As centrais de energia nuclear tornaram-se alvos de protestos, chegando mesmo a ser encerrada uma unidade na Arménia, que alguns anos depois foi reactivada.

---

<sup>3</sup> Carta publicada no jornal *Sovietskaia Rossia*, em 13 de Março de 1988, com o título *Não Posso Renunciar aos Meus Princípios*. Nina Andreeva, que era na altura professora de Química na Universidade de Leninegrado, insurgiu-se contra a campanha difamatória lançada nos *media* contra I.V. Stáline. Após a dissolução do PCUS, funda, em Novembro de 1991, o Partido Comunista dos Bolcheviques de toda a União do qual permanece secretária-geral.

De resto, observa Kara-Murza, depois de «concluída a *perestróika*, o movimento ecologista dissolveu-se».

Particular pressão ideológica exerceram as sondagens de opinião promovidas pelos meios de comunicação. Como exemplo eloquente, o autor refere um inquérito sobre a qualidade da alimentação, realizado em toda a União Soviética em 1989, no qual 44 por cento da população se queixavam de uma alegada falta de leite e lacticínios.

O facto é que, recorda, o consumo médio *per capita* deste tipo de produtos na URSS era de 358 quilogramas por ano. Nos Estados Unidos, este valor era de 263 e na Espanha de 140 quilogramas.

Mais extraordinário foi o resultado do estudo na Arménia, onde o consumo médio de leite e lacticínios atingia os 480 quilogramas anuais por pessoa. Apesar disso, uma esmagadora maioria de 62 por cento dos inquiridos terá opinado haver carência destes alimentos.

Outro vector central da ideologia da *perestróika*, referido por Kara-Murza, partiu da ideia de eurocentrismo, baseada no pressuposto da existência de uma civilização mundial única, personificada pelo Ocidente, que seguia o seu curso natural e correcto, do qual a Rússia, na sua etapa soviética, se teria afastado. Daqui resultou a concepção do «regresso à civilização» e a orientação para os «valores da humanidade». «O Estado foi declarado como o principal obstáculo neste caminho e a desestatização a principal tarefa».

Em resumo, «na consciência social foi denegrida a imagem de praticamente todas as instituições do Estado, desde a Academia das Ciências aos jardins-de-infância, mas sobretudo do sistema económico e do exército. Depois de criados os estereótipos negativos, iniciou-se a reforma dos órgãos de poder e da administração».

### A «reforma» das instituições

Até Janeiro de 1987, a principal palavra de ordem da *perestróika* era «Mais Socialismo». Seguiu-se-lhe o *slogan* «Mais Democracia». «Este foi o período de preparação cultural. A partir de 1988, começaram as transformações profundas em todos os subsistemas do Estado».

Nesse ano, mediante a revisão da Constituição, foi alterada a estrutura dos órgãos supremos de poder e o sistema eleitoral. Foi instituído, como novo órgão supremo legislativo, o Congresso dos Deputados do Povo da URSS, que se reunia uma vez por ano, elegendo entre os seus membros o Soviete Supremo da URSS, bem como os seus Presidente e Vice-Presidente.

Era composto por 2250 deputados, dos quais 750 eleitos pelos círculos territoriais e 750 pelos círculos nacionais-territoriais, assim como 750 designados pelas organizações sociais de toda a União (100 mandatos estavam atribuídos ao PCUS, 100 à União dos Sindicatos, 75 ao *Komsomol*, etc.).

Os dirigentes do PCUS tinham a maioria assegurada neste órgão, já que tanto a distribuição dos mandatos pelas organizações sociais como a selecção dos candidatos estavam ainda sob o controlo dos organismos partidários. Os operários e os *kolkhozianos* representavam 23,7 por cento no conjunto dos deputados do povo.

Kara-Murza considera que, do ponto de vista formal, a Constituição da URSS revista em 1988 e a nova lei eleitoral «eram muito menos democráticas do que a Constituição de 1936 revista em 1977. As eleições dos deputados do povo não eram suficientemente equitativas e directas. Um terço dos deputados era eleito directamente nas organizações sociais, em assembleias de delegados. Assim, enquanto que nos círculos eleitorais cada mandato correspondia a 230.400 eleitores, nas organizações sociais esta relação era apenas de um mandato para 21,6 eleitores (cerca de dez mil vezes menos). O número de candidatos era também aqui muito inferior, não ultrapassando, em média, 1,2 por mandato. Se no PCUS

(como uma das organizações sociais), fossem apresentadas tantas candidaturas como nos círculos, nenhum membro da sua direcção teria sido eventualmente eleito deputado».

O sistema não garantia tão pouco o princípio de «um cidadão, um voto». Alguém que pertencesse simultaneamente ao Comité Central do PCUS e a várias direcções de organizações sociais tinha o direito de votar em todas elas e ainda no respectivo círculo.

Em resultado destas alterações, pela primeira vez na história da União Soviética, o Soviete Supremo da URSS, eleito em 1989, não incluiu praticamente operários ou camponeses. A esmagadora maioria dos seus membros era constituída por cientistas, jornalistas e funcionários administrativos.

Em Março de 1990 foram introduzidas novas alterações na Constituição e instituído o cargo de Presidente da URSS, ao qual foram atribuídos plenos poderes que o colocaram acima do *Presidium* do Soviete Supremo da URSS, que até aí fora o órgão colegial de chefia do Estado. O presidente acumulava agora o posto de Chefe Supremo das Forças Armadas da URSS, com competência para nomear e demitir os comandos militares; tinha capacidade para, em nome do Soviete Supremo e mais tarde do Congresso dos Deputados do Povo, designar e demitir o presidente do Governo da URSS, o Supremo Tribunal, o Procurador-geral, o presidente do Supremo Tribunal Arbitral e do Comité Constitucional de Fiscalização.

O Presidente da URSS tinha ainda poder para declarar a mobilização, a guerra, o estado militar ou de sítio nas diferentes regiões do país e exercer temporariamente a governação presidencial. Inicialmente foi criado um Conselho Presidencial, mas acabou este órgão acabou por ser extinto em Novembro de 1990 por não ter condições para funcionar.

Para além de encabeçar o Conselho de Segurança da URSS, cujos membros eram nomeados com o acordo do Soviete Supremo, o Presidente da URSS era a primeira figura do Soviete da Federação, constituído pelo Vice-Presidente da URSS e pelos presidentes das Repúblicas, cujas decisões eram tomadas por maioria de dois terços.

A criação do cargo de Presidente da URSS previa a sua eleição directa. Contudo, da primeira vez, a título excepcional, o chefe de Estado foi prudentemente eleito pelos Deputados do Povo. Como assinala Kara-Murza, «em 1990 era impossível pensar que Mikhail Gorbachov poderia ser eleito em eleições directas».

Em 20 de Março de 1991, foi extinto o Soviete de Ministros (*Sovmin*) da URSS e criado «um Governo de novo tipo – o Gabinete de Ministros da URSS adjunto do Presidente, com um estatuto inferior e funções mais restritas em comparação com o tradicional *Sovmin*».

As transformações nos órgãos locais de poder começaram em 1987 com a introdução do «pluralismo» na apresentação de candidaturas. Nesse ano, em cinco por cento das regiões da URSS, 120 mil candidatos concorreram a 94 mil mandatos.

Em 1988 foram aprovadas mais alterações à Constituição e uma nova lei eleitoral dos deputados do povo da URSS. Nos sovietes locais foi criado o cargo de presidente que passou a desempenhar as funções dos comités executivos (*Ispolcom*). Os funcionários destes comités e os dirigentes do Partido deixaram de poder ser eleitos para deputados dos sovietes – o que constituiu um passo para o afastamento do poder do Partido e do seu aparelho.

A *Lei de Bases sobre o Poder Local, a Gestão Autónoma e a Economia na URSS*, de 1990, entre outras alterações de fundo, definiu o conceito de «propriedade comunal», atribuindo aos sovietes locais uma base económica constituída pelos recursos naturais (terra, água, florestas, etc.), bem como, enquanto fontes de receita, pelas empresas e outros objectos económicos situados no seu território.

Os sovietes ganharam competência para lançar impostos sobre os lucros das empresas, aplicar taxas locais e gerir fundos em divisas. «Este foi um passo importante para o desmembramento da propriedade social de todo o povo e para a descentralização do poder do Estado em benefício dos interesses locais».

Na sequência do conflito na região autónoma de Nagorno-Karabakh, na República do Azerbaijão, foi criado, em 12 de Janeiro de 1989, um órgão extraordinário de poder local –

o Comité de Administração Especial, directamente subordinado ao Soviete Supremo da URSS. Investido de plenos poderes, mediante a suspensão temporária das competências do Soviete dos Deputados do Povo da Região Autónoma, este comité declarou o estado de emergência no território em Janeiro de 1990.

### Alterações no sistema político

As «frentes populares», constituídas nas repúblicas do Báltico em 1988 com o apoio da direcção do CC do PCUS, foram as primeiras organizações políticas de massas com plataformas claramente anti-soviéticas e anti-União. De início proclamaram como objectivo a defesa da *glasnost*, mas depressa passaram a outros *slogans*, primeiro de carácter económico (autonomia financeira das repúblicas), depois apelando ao separatismo político.

A oposição anti-soviética constituiu-se formalmente como organização no I Congresso dos Deputados do Povo, fundando o Grupo Inter-regional de Deputados (GID). Os seus objectivos foram anunciados nas «Teses para a Plataforma do GID», em Setembro de 1989.

Recorrendo a uma retórica «anti-imperial», o GID aliou-se de imediato aos líderes separatistas. Duas das suas principais exigências vieram a desempenhar um importante papel no processo que se seguiu: a eliminação do artigo 6.º da Constituição, que consagrava o papel dirigente do PCUS na sociedade, e a legalização das greves. Seguindo uma estratégia definida, esta formação lançou ainda a palavra de ordem «Todo o Poder aos Sovietes» como forma de destruir a hegemonia do PCUS. (Mais tarde os soviets seriam declarados como «refúgios de burocratas do Partido» e como tal começaram a ser liquidados).

Antes da abertura do II Congresso dos Deputados do Povo, realizado em 12 de Dezembro de 1989, o Soviete Supremo decidiu, por escassos votos, não incluir a proposta de retirar o artigo 6.º da Constituição na ordem de trabalhos.

Em resposta, nas vésperas do início da reunião magna, o GDI apelou a uma greve geral política, insistindo na eliminação do artigo. Apesar disso a maioria do Congresso manteve a decisão e o assunto não foi debatido.

Já nessa altura, os objectivos de destruição do Estado soviético sobrepunham-se claramente ao discurso reformador, observa Kara-Murza notando que, sintomaticamente, aqueles ditos «democratas» opuseram-se à aprovação da lei sobre a fiscalização constitucional e à eleição do respectivo Comité de Fiscalização. Tratando-se de um passo importante para a construção do Estado de Direito que reclamavam, a sua posição foi justificada com o facto de a Constituição, no seu artigo 74.º, estabelecer o primado da legislação da União sobre as leis das repúblicas.

Um ano depois seria o próprio Comité Central do PCUS a aprovar a inclusão nos trabalhos do III Congresso dos Deputados do Povo do projecto de revisão da Constituição nas questões de sistema político (artigos 6.º e 7.º da Constituição). A eliminação do artigo 6.º foi incluída num «invulgar pacote de reformas» em que se destacava a criação do cargo de Presidente da URSS. O fundamento legal em que assentava o papel dirigente do PCUS foi assim eliminado, abatendo-se o sustentáculo de todo o sistema político estatal.

Daqui decorria que o presidente da URSS (que acumulava as funções de secretário-geral do PCUS) deixava de estar obrigado a prestar contas ao Partido. Na prática, isto significava que o *Politbureau* e o CC eram afastados de qualquer participação na tomada de decisões. «A supressão da *nomenclatura* [em rigor trata-se do fim da sua subordinação ao Partido] e a privação do PCUS de bases legais para influenciar a política de quadros colocaram fora do controlo do Partido as elites locais e das repúblicas. O aparelho de Estado transformou-se num complicado conglomerado de grupos e clãs que ora colaboravam entre si, ora se combatiam».

Por outro lado, acrescenta Kara-Murza, a legalização das greves, «forneceu um poderoso instrumento de chantagem sobre o poder da União e de apoio às exigências políticas da



oposição anti-soviética. Os líderes do GDI apelaram abertamente à greve dos mineiros do Kuzbas e estas paralisações tiveram um grande papel na destruição do Estado».

Em Janeiro de 1990, foi criado o movimento radical «Rússia Democrática», que se assumiu claramente como anticomunista, surgindo a seguir outras formações anti-soviéticas e nacionalistas que prepararam o terreno para o conflito com o centro da União e com as minorias nacionais das respectivas repúblicas.

Por seu lado, a oposição «conservadora» não logrou organizar-se quer nos órgãos de poder, quer dentro do PCUS. «Os deputados do povo que estavam insatisfeitos com as mudanças criaram um inconsistente grupo parlamentar designado “União”, que não foi capaz de elaborar uma plataforma ou um programa de acção. As suas intervenções eram pouco claras.»

«Educadas no sistema soviético, as pessoas não conseguiam ultrapassar a barreira psicológica e intervir abertamente contra a direcção do PCUS», anota o autor.

### Forças armadas e de segurança interna

A reorganização das instituições militares e de segurança decorreu sob uma violenta campanha ideológica contra o KGB, o Ministério do Interior e o Exército, apontados como a parte mais «conservadora» do Estado soviético.

Contudo, as alterações mais importantes verificaram-se não tanto na sua estrutura mas sobretudo no processo de tomada das decisões de Estado, do qual os comandos militares se viram totalmente afastados. Assim, recorda o autor, «a declaração de Mikhail Gorbachov que impressionou todo o mundo, em 15 de Janeiro de 1986, anunciando um programa de desarmamento nuclear total da URSS num prazo de 15 anos foi uma completa surpresa para os militares».

Este «estilo» manteve-se durante a toda *perestroika*, sendo denunciado pelos próprios membros da Comissão Interdepartamental para o Desarmamento, constituída em 1986 por dirigentes dos ministérios dos Negócios Estrangeiros, Defesa, KGB, Comissão militar-industrial do Soviete de Ministros e de diferentes secções do PCUS.

Em 1990, os seus membros queixaram-se de que os acordos de desarmamento com os EUA não só não eram concertados com a Comissão como esta nem sequer era informada sobre o seu conteúdo.

O Chefe do Estado-Maior, M.A. Moissev, relatou que, em consequência das manobras do ministro dos Negócios Estrangeiros, E. A. Chevarnadze, os EUA obtiveram o direito de possuir 11 mil ogivas nucleares contra apenas seis mil para a URSS. As «divergências» foram «resolvidas» através da extinção da Comissão.

No âmbito da segurança interna, outras «inovações» eram o prenúncio dos «novos tempos». Em 1987, para a manutenção da ordem pública durante os comícios e manifestações, foram criados destacamentos especiais de polícia. Em 1989, no equipamento dos agentes policiais, é introduzido o bastão de borracha, medida que, segundo Kara-Murza, «teve um grande significado simbólico».

### O desmantelamento da administração do Estado

No âmbito da transição para os «métodos económicos de gestão» e total autonomia financeira das empresas, toda a estrutura da administração do Estado sofreu mudanças radicais. No espaço de um ano, escreve Kara-Murza, «nos diferentes sectores foi totalmente eliminado o elo intermédio de administração, passando a ligação a fazer-se directamente entre o Ministério e a fábrica».

Contudo, também o nível central foi enfraquecido: «Nos órgãos centrais de administração da URSS e das repúblicas foram reduzidos 593 mil trabalhadores, dos quais

81 mil só em Moscovo. Diminuiu em 40 por cento o número de subdivisões do aparelho central. A consequência directa destas medidas foi a destruição do sistema de informação da economia».

Numa época em que os registos ainda não estavam informatizados, a experiência dos funcionários era decisiva na recolha, classificação e divulgação da informação. Quando os seus postos de trabalho foram extintos, os canais ficaram bloqueados. As empresas, dependendo de centenas de produções e de milhares de produtos, viram-se obrigadas a procurar febrilmente fornecedores pelos seus próprios meios. Alguns trabalhadores despedidos, que conservaram os seus cadernos e fichas, começaram a comercializar essa preciosa informação. A destruição do sistema de organização vertical constituiu «uma das causas principais da ruína da economia».

A mesma falta de lógica caracterizou todo o processo, iniciado em 1987, de extinção, junção e divisão de ministérios e departamentos em praticamente todos os sectores. Entre vários exemplos, o autor refere que, em 20 de Julho de 1987, foi decretada a fusão do Ministério da Construção de Máquinas para a Pecuária com o Ministério da Construção de Tractores e Máquinas Agrícolas, o qual viria a ser extinto em 2 de Dezembro de 1988. Em simultâneo, foi extinto o Ministério da Indústria Automóvel, sendo criado depois o Ministério da Construção Automóvel e Máquinas Agrícolas.

Já em Novembro de 1985 tinham sido extintos seis departamentos ligados à agricultura e criado o Departamento Estatal da Agro-indústria, que foi por sua vez dissolvido em Abril de 1989, sendo delegadas parte das suas funções a uma Comissão Estatal do Soviete de Ministros da URSS para as questões da alimentação e aprovisionamento. Em Abril de 1991 foi criado o Ministério da Agricultura.

Em Agosto de 1986, o Ministério da Construção Civil foi regionalizado, surgindo em sua substituição quatro ministérios responsáveis pela construção nas diferentes regiões da URSS, que funcionaram até 1989, ano em que foram todos extintos.

Todas estas constantes alterações fizeram com que, na prática, a partir de 1986, o aparelho central de administração da economia tenha ficado inoperacional.

### **A desestabilização da economia**

(V.II, Parte II C.6, págs. 278-291)

A URSS possuía um sistema financeiro específico que assumia formas diferenciadas consoante se tratasse da esfera produtiva ou do consumo público. Na produção, o dinheiro não tinha existência física, era utilizado sob a forma de créditos definidos e controlados no balanço dos diferentes sectores de actividade. Isto significa que não existia capital financeiro nem juros, ou seja, nesta esfera, o dinheiro não se vendia.

No mercado de consumo geral, as mercadorias eram adquiridas pela população com dinheiro tradicional com que eram pagos os salários, pensões e restantes prestações pecuniárias.

A massa monetária era rigorosamente controlada de forma a assegurar a sua correspondência com a quantidade de mercadorias e serviços disponíveis, o que permitia manter preços baixos e evitar a inflação. Contudo, como explica Kara-Murza, este sistema só podia funcionar sob a estrita proibição de converter em dinheiro «vivo» os créditos na esfera produtiva.

Outra particularidade do sistema era a não convertibilidade do rublo. A escala de preços na URSS era completamente diferente da que vigorava no mercado mundial. Por isso o rublo apenas circulava no mercado interno. «Era uma espécie de “quitação” através da qual os cidadãos recebiam os seus dividendos da propriedade social sob a forma de preços baixos».

Era assim essencial que o circuito do dinheiro em espécie estivesse blindado em relação aos mercados internacionais, o que era assegurado pelo monopólio estatal sobre o comércio externo.

A liberalização do sistema financeiro e do mercado da URSS implicava que os salários e preços fossem equiparados aos padrões mundiais. No entanto, este aspecto foi desprezado e, entre 1988-89, os dois circuitos monetários (produtivo e de consumo) foram abertos sem olhar às consequências.

A primeira medida foi a eliminação do monopólio estatal sobre o comércio externo. A partir de 1 de Janeiro de 1987, duas dezenas de ministérios e 70 grandes empresas foram autorizadas a realizar directamente as suas operações de importação e exportação. Um ano depois eram extintos o Ministério do Comércio Externo e o Comité Estatal de Relações Comerciais, sendo criado o Ministério de Relações Económicas Exteriores que se limitava a registar as empresas e outras entidades interessadas na importação ou exportação. Em 1990, até os próprios soviets locais foram autorizados a realizar comércio externo.

A *Lei das Cooperativas* permitiu que as empresas estatais e os soviets locais desenvolvessem rapidamente no seu seio uma rede de firmas exportadoras que encaminhavam para o estrangeiro uma parte significativa da produção. No mercado interno sentiram-se graves carências que afectaram a generalidade da população, mas o negócio gerava grandes lucros para alguns.

Os especuladores chegavam a obter 50 dólares por cada rublo, comprando directamente às empresas as mais variadas mercadorias e revendendo-as no estrangeiro. Kara-Murza afirma que alguns tipos de produtos mais fáceis de transportar, como por exemplo loiça em alumínio, eram adquiridos em grandes quantidades e revendidos como simples sucata noutros países.

De acordo com cálculos citados pelo autor, em 1990, cerca de um terço dos produtos industriais de consumo geral fabricados na URSS terá sido enviado para fora do país.

No Inverno de 1991, o governo da Turquia chegou mesmo a solicitar ao primeiro-ministro da URSS que promovesse a criação de uma rede de assistência técnica para os televisores de fabrico soviético, cujo número já ultrapassava o milhão. Surpreendentemente, a estatística oficial da URSS não registou a venda de um único aparelho à Turquia.

A segunda medida, tomada em 1987 com a aprovação da *Lei sobre as Empresas do Estado*, foi a abertura do circuito dos «créditos» das empresas, passando estas a poder converter em espécie os respectivos fundos. «Foi o primeiro passo para a privatização do sistema bancário da URSS», considera Kara-Murza, notando que esta «tarefa» coube em grande parte aos dirigentes do *Komsomol*, através dos então criados «centros científico-técnicos de juventude», que funcionavam nas instalações do Partido e do *Komsomol*, e que detinham o direito exclusivo de converter os «créditos» das empresas em espécie. Estes centros ficaram conhecidos como «as locomotivas da inflação», dando alguns deles origem aos primeiros bancos comerciais.

Na economia planificada, os lucros das empresas eram distribuídos da seguinte forma (dados de 1985): 60 por cento iam para o orçamento de Estado e 40 por cento ficavam à disposição das empresas, que eram obrigadas a destinar 16 por cento destas verbas para o fundo de incentivos económicos, do qual eram pagos os prémios de produção, subsídios, etc.

Em 1990, o orçamento de Estado arrecadou apenas 49 por cento dos lucros, ficando as empresas com 51 por cento, dos quais 48 por cento foram canalizados para o citado fundo de incentivos económicos. Desta forma, observa o autor, «não só foram drasticamente reduzidas as receitas do orçamento como as próprias empresas ficaram praticamente sem recursos para investimento».

Em resultado destas medidas registou-se um assombroso crescimento dos rendimentos da população, sem qualquer correspondência com os níveis de produção. Entre 1981 e 1987, o crescimento anual dos rendimentos monetários foi, em média, de 15,5 mil milhões de

rublos. Mas, entre 1988 e 1990, atingiu 66,7 mil milhões de rublos. Só no primeiro semestre de 1991, os rendimentos da população cresceram 95 mil milhões de rublos, apesar de o salário médio na indústria apenas ter crescido 36 por cento.

«Os recursos foram desviados do investimento para o consumo, pondo em causa o desenvolvimento e o futuro dos postos de trabalho. A *perestróika* ganhou contornos de um autêntico festim, mas a ressaca não tardou.»

Um tal aumento dos rendimentos, em simultâneo com a redução das reservas de mercadorias no comércio, conduziu ao descalabro. Foi necessário introduzir o sistema de senhas de racionamento para a vodka, açúcar, sapatos. Ao mesmo tempo as importações subiram em flecha.

Em 1987, as exportações superavam as importações em 7,4 mil milhões de rublos. Dois anos depois, em 1989, a URSS ainda apresentou um resultado positivo na balança comercial externa. O primeiro saldo negativo registou-se em 1990, quando as importações ultrapassaram as exportações em 10 mil milhões de rublos.

A evolução do défice orçamental foi igualmente rápida. De 13,9 mil milhões de rublos em 1985, passou-se para 41,4 mil milhões em 1990. Nos primeiros nove meses de 1991 atingiu-se os 89 mil milhões.

Na República Socialista Federativa Soviética Russa (RSFSR), a degradação das finanças públicas foi ainda mais grave. Até 1989, não existia qualquer défice. Nesse ano foi registado um *superavit* de 3,9 mil milhões de rublos. Porém, a situação inverteu-se subitamente. Logo em 1990, o défice orçamental cifrou-se em 29 mil milhões de rublos. Em 1991, alcançava os 109,3 mil milhões de rublos.

### A campanha anti-álcool

O primeiro grande rombo no orçamento do Estado foi provocado pelo lançamento da campanha anti-álcool (a chamada lei seca decretada em 7 Maio de 1985), que constituiu uma das primeiras medidas concretas da *perestróika* de Gorbatchov.

Como a venda livre de álcool foi drasticamente reduzida, em seu lugar surgiu uma florescente «indústria» clandestina que, segundo se estima, terá atingido, em 1987, uma produção de 140 a 150 milhões de decalitros, sobre os quais o Estado deixou de arrecadar impostos.

Ao mesmo tempo que desferia um rude golpe sobre as finanças do Estado, esta campanha proporcionou as condições ideais para a formação de uma nova e poderosa geração do crime organizado que se envolveu activamente na esfera política.

Beneficiando desta espécie de «privatização» do comércio de álcool, já que o Estado suspendeu praticamente a venda de bebidas espirituosas, o sector da economia paralela, que se tinha expandido nos últimos anos, ganhou novo ímpeto e organização, tirando partido de avultadas receitas calculadas em 23 mil milhões de rublos, em 1989, e em 35 mil milhões, em 1990.

Estes resultados foram também favorecidos por um «excesso de zelo» na aplicação da lei, cujos objectivos iniciais foram largamente ultrapassados, quer quanto ao encerramento de lojas de bebidas alcoólicas, que tiveram uma redução de 55 por cento (1988), quer na própria produção do Estado, que desceu, em 1987, para 123 milhões de decalitros, muito abaixo do limite 220 milhões de decalitros estabelecido pelo diploma de 1985.

Nalgumas regiões, estas lojas foram praticamente todas encerradas. Na região de Astrakhanski, por exemplo, o autor refere que dos 116 estabelecimentos que vendiam bebidas, apenas cinco permaneceram em funcionamento; na cidade de Belgoroskoi, de 160 passou-se para 15. Na restauração, as vendas de bebidas alcoólicas diminuíram 71 por cento.

Em contrapartida, segundo dados estatísticos oficiais (*Goscomstat* da URSS), em 1987 foram desviadas 1,4 milhões de toneladas de açúcar para o fabrico clandestino de álcool, o

que equivale aos tais 140-150 milhões de decalitros que satisfaziam a procura no mercado paralelo.

Os efeitos desta política reflectiram-se também na evolução da dívida interna do Estado, que aumentou de 142 mil milhões de rublos em 1985 (18,2 por cento do Produto Interno Bruto), para 399 mil milhões em 1989 (41,3% do PIB). Em 1990, atingiu 566 mil milhões de rublos (56,6% do PIB) e nos primeiros nove meses de 1991 disparou para os 890 mil milhões de rublos.

As reservas de ouro, que no início da *perestroika* eram constituídas por duas mil toneladas, caíram para 200 toneladas em 1991. A dívida externa, antes praticamente inexistente, atingiu em 1991 cerca de 120 mil milhões de dólares.

### A liquidação do sistema de planificação

O Plano Quinquenal permitia ao Estado soviético administrar praticamente todos os sectores da economia, assegurando um equilíbrio entre a produção, o consumo e a acumulação. A distribuição de recursos entre os diferentes ramos produtivos e empresas era regulada através do plano e da política de preços.

Este sistema, como faz questão de sublinhar Kara-Murza, de modo algum foi posto em causa no início da *perestroika*: «Nas decisões do XXVII Congresso, confirmadas depois no Plano Estatal para o quinquénio 1986-1990, não se encontra uma só referência que aponte para um desvio a estes princípios, antes pelo contrário, reafirma-se o prosseguimento dos grandes programas estatais inter-sectoriais, designadamente o alimentar e o energético.»

Apesar disso, observa, a partir de Junho de 1987, na sequência da redefinição do conceito de *perestroika*, agora apresentada como «uma transição para a economia de mercado», o sistema planificado de distribuição dos recursos começou a ser desfigurado.

Ainda nesse ano é aprovada uma resolução conjunta do CC do PCUS e do Soviete de Ministros da URSS que diminui a gama de produções encomendadas às empresas pelo *Gosplan* (Plano Estatal). Em substituição do sistema planificado de fornecimentos são criadas redes e bolsas de mercadorias e matérias-primas. (O autor recorda a propósito que a última bolsa de matérias-primas havia sido fechada no final dos anos 20.) Este processo terminaria com a extinção, em 1991, da Entidade Estatal de Abastecimento da URSS (*Gossnab*).

Também em 1987 foram dados os primeiros passos na elaboração da nova lei sobre as empresas estatais, que viria a ser aprovada no ano seguinte, impondo-lhes a «total autonomia financeira».

O resultado desta medida foi uma drástica diminuição do investimento produtivo, quer por via do orçamento de Estado, quer através dos recursos das próprias empresas. O equilíbrio entre os diferentes ramos da economia foi assim destruído. O abandono dos planos estatais conduziu a uma rápida queda da produção: «A URSS encontrou-se numa situação em que não tinha nem plano, nem mercado.»

As novas regras que deixavam as empresas por sua conta e risco depressa se traduziram em graves distorções no mercado.

Um documento interno do CC do PCUS, de 29 de Outubro de 1988, citado na presente obra, descreve a situação criada da seguinte forma:

«O descontentamento dos pensionistas e dos trabalhadores de baixos e médios rendimentos é motivado pelo lançamento no mercado de novos produtos com preços mais elevados, ao mesmo tempo que são retirados da produção outros com grande procura, que têm boa qualidade e preços reduzidos, o que limita a escolha dos consumidores e os obriga a comprar as mercadorias mais caras.

«(...) A produção de mercadorias de preço mais elevado, assegurando o crescimento do volume da produção em valor, é frequentemente acompanhada de uma diminuição das

quantidades produzidas (...) Verifica-se que, numa série de empresas, a diminuição das quantidades produzidas atinge 20-25 por cento e mais.

«Segundo dados do *Goscomstat* da URSS, a rentabilidade das mercadorias com preços contratados [não tabelados pelo Estado] é três vezes superior à média e ultrapassa em 60 por cento o seu custo de produção.»

Em 10 de Julho de 1991, no *Programa de Acções conjuntas do Gabinete de Ministros da URSS e dos Governos das Repúblicas Soberanas*, afirmava-se:

«A situação económica e social no país agravou-se radicalmente. A queda da produção abrange praticamente todos os ramos da economia nacional. O sistema financeiro de crédito está numa situação de crise. O mercado consumidor está desorganizado, sentindo-se por todo o lado a falta de produtos alimentares e o agravamento significativo das condições de vida das populações. A situação de crise exige a tomada de medidas extremas para que, no prazo de um ano, seja possível travar a destruição da economia do país.»

\*\*\*

Para a destruição da economia planificada contribuíram em muito as campanhas promovidas através da imprensa controlada inteiramente pelo Estado. Um dos principais mentores destas campanhas foi o académico Abel G. Aganbeguian, o conselheiro do presidente da URSS para as questões da economia.

Pretendendo demonstrar a todo o custo que o sistema planificado era absurdo, Aganbeguian divulgou uma série de falsidades, muitas das quais estão compiladas no seu livro editado em 1987, sob o título *A Revolução na Economia Soviética: A Perestróika*<sup>4</sup>.

Kara-Murza recorda que, na altura, este economista deu como exemplo da irracionalidade da economia planificada o facto de se produzirem na URSS demasiados tractores em relação às verdadeiras necessidades da agricultura, as quais, garantia, eram três a quatro vezes inferiores às quantidades produzidas. «Este exemplo sensacionalista surgiu em toda a imprensa ocidental e ainda hoje é citado com frequência. Contudo, na realidade, a URSS só em 1988 atingiu um máximo de 12 tractores por cada mil hectares de campo lavrado. Na Europa, a norma era de 120 e mesmo a Polónia empregava na mesma área lavrada 77 tractores. No Japão, por cada mil hectares havia 440 tractores. Às perguntas de deputados conhecedores das questões da agricultura, Aganbeguian respondeu com silêncio. Para além deste “mito sobre os tractores” na consciência das massas foi injectada uma série de outros análogos (sobre o aço, a fertilização, a não rentabilidade dos *kolkhozes*, etc.)»

\*\*\*

Regressando à indústria, Kara-Murza recorda como foi preparada, no maior segredo, a lei da «desestatização e privatização das empresas industriais», aprovada em Maio de 1991: «Todas as tentativas de organizar um debate na imprensa ou sequer nos órgãos de direcção do PCUS foram bloqueadas (nem mesmo os membros “conservadores” do *Politbureau* o conseguiram). Na reunião do Comité da Reforma Económica do Soviete Supremo da URSS, em que foi “discutido” o projecto de lei antes da sua votação pelo órgão representativo, os próprios especialistas incumbidos pelo primeiro-ministro para analisar a proposta não tiveram oportunidade de intervir. O “direito revolucionário” já estava em vigor.»

Embora sem grande repercussão pública, a única questão suscitada em torno desta lei incidiu sobre o perigo de que grande parte das empresas passasse de forma legal para as mãos das organizações criminosas da economia paralela.

---

<sup>4</sup> Este livro mereceu de imediato uma tradução portuguesa (directamente do russo), publicada logo em 1988 pela *Europa-América*.

Mas nem isso foi suficiente para demover os entusiastas do mercado. Pelo contrário, parte dos economistas passou a encarar o mundo do crime quase como a alavanca principal para reerguer a economia. Do outro lado, apenas os criminalistas avisaram: «O capital criminoso cria uma estrutura oligárquica específica da qual não pode resultar uma economia de mercado saudável. Para além disso, o capital criminoso será sempre anti-Estado (a exportação de capitais e a fuga aos impostos são apenas ténues manifestações deste facto).»

E foi praticamente sem debate que a lei foi aprovada no Soviete Supremo: «Apenas o deputado L.I. Sukhov, taxista da Ucrânia, objectou à lei do seu lugar, porque não lhe foi dada possibilidade de subir à tribuna.»

O grupo de deputados União («conservadores») reagiu com indiferença a este projecto de lei, pensando que a propriedade social das empresas industriais estava consagrada na Constituição, disposição que só poderia ser alterada mediante revisão específica aprovada por dois terços dos deputados, o que na altura parecia impossível de reunir. Mas até isso se revelou ser uma ilusão: «No momento da aprovação da lei verificou-se que o artigo sobre o carácter da propriedade há muito que tinha sido eliminado da Constituição, sem ser objecto de qualquer discussão, misturado com uma multiplicidade de outras pequenas alterações.»

A lei das privatizações, conclui o autor, «liquidou não só o sistema económico soviético como todo o edifício social (...) invertendo a sua trajectória civilizacional. (...) Todas as consequências económicas, sociais e culturais, que se tornaram visíveis passados três ou quatro anos, foram previstas com exactidão pelos especialistas em Maio de 1991».

### A origem dos nacionalismos

Recordando que a propriedade social constituía a base da economia e o fundamento de toda a União Soviética ou, por outras palavras, que o sistema socialista e a realidade soviética se condicionavam mutuamente, Kara-Murza afirma que «a privatização da indústria seria impossível sem a separação das repúblicas da União», e que, de igual modo, «o desmembramento dos bens comuns provocaria inevitavelmente contradições entre as diferentes nacionalidades».

A razão por que os movimentos nacionalistas não tinham tido antes da *perestróika* grande expressão na URSS reside precisamente no facto de que «na esfera principal da economia, na produção de bens materiais, não existia concorrência inter-étnica, mesmo no período em que se formaram fortes elites nacionais (nos anos 70)».

Assim que foi declarada a «transição para o mercado» e criada a perspectiva da privatização, «as elites das repúblicas rapidamente criaram ideologias nacionalistas que propagaram entre os seus compatriotas, contando com o apoio, a partir do Centro, de influentes ideólogos da *perestróika*».

O modelo de separatismo variou consoante as condições de cada república. Kara-Murza refere o exemplo da Geórgia onde «os nacionalistas extremaram o conflito com os abkhazis e organizaram, em colaboração com o Centro, os trágicos acontecimentos de Tbilissi de Abril de 1989 (na dispersão de um comício, o exército matou 19 pessoas). Após este incidente, todos os movimentos políticos, incluindo os comunistas, passaram a exigir a independência (...), a ideia de democracia passou a ser associada ao nacionalismo».

As frentes populares criadas nas repúblicas do Báltico em 1988, com a cobertura dos respectivos partidos comunistas, alegadamente em apoio da *perestróika*, começaram por defender «a autonomia financeira das repúblicas», depois a soberania económica, passando, em 1988, para posições de declarado separatismo anti-soviético. Mais tarde, estes partidos comunistas foram destroçados ou praticamente extintos.

Em 1989, a Assembleia do Báltico declarou ilegal a inclusão da Letónia, Lituânia e Estónia na composição da URSS, exemplo que seria seguido pelos movimentos nacionalistas nas outras repúblicas.

De resto, como observa Kara-Murza, «a análise dos programas e actividades dos principais movimentos separatistas mostra que, afinal, as três grandes ideologias que aparentemente perfilhavam – democracia, nacionalismo e islamismo – não passavam, na realidade, de máscaras ideológicas adoptadas pelas elites partidárias-estatais para encobrir objectivos puramente pragmáticos de partilha do Estado e da sua propriedade».

À excepção da Ucrânia onde, segundo o autor, «o nacionalismo nunca se transformou na tendência dominante», em todas as outras repúblicas foram «organizados incidentes em que houve derramamento de sangue, nos quais frequentemente o exército soviético foi envolvido».

Os ideólogos da *perestróika* apostaram na ideia da libertação da «dominação colonial» dos povos não-russos, declarando a nação como a base da sociedade civil e a sua autodeterminação como prioritária. O académico Sakharov chegou mesmo a propor a transformação da URSS numa «união de 130 etnonações».

Com a vitória dos «democratas radicais» nas eleições dos deputados do povo da República Socialista Federativa Soviética Russa (RSFSR), em 1990, a situação agravou-se, já que o órgão supremo de poder da República, que constituía o núcleo de toda a URSS, passou a apoiar sem restrições todas as iniciativas independentistas das repúblicas.

No mesmo ano, a República Russa assinou acordos bilaterais com a Ucrânia, Cazaquistão, Bielorrússia, Moldávia e Letónia, o que na prática significou o reconhecimento destas repúblicas como estados soberanos.

A nova lei sobre a terra, aprovada em Fevereiro de 1990, alterou radicalmente o conceito de propriedade, elegendo como seus detentores «os povos residentes num dado território» e já não «todo o povo» soviético.

Meses depois, em Junho, o I Congresso dos Deputados do Povo da RSFSR aprovou a *Declaração de Soberania*, que previa a divisão da propriedade social e o primado das leis das repúblicas sobre as leis da URSS. Este foi o primeiro acto legal que desencadeou o processo de dissolução da União Soviética.

Em Outubro, foi publicada uma lei que previa a aplicação de sanções aos cidadãos e detentores de cargos públicos que continuassem a aplicar leis da URSS não ratificadas pelo Soviete Supremo da RSFSR.

A etapa seguinte foi a transferência para a jurisdição da RSFSR das empresas subordinadas à União, a qual, com a introdução do novo sistema fiscal no orçamento da Rússia para 1991, ficou totalmente privada de receitas.

Estes passos não tardaram a ser seguidos pelas restantes repúblicas soviéticas e mesmo por algumas repúblicas autónomas que declararam a sua soberania.

Apesar do rumo dos acontecimentos, o IV Congresso dos Deputados do Povo da URSS decidiu, por votação nominal, preservar o Estado Federal e manter a designação – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

Na Primavera de 1991, por iniciativa do presidente Gorbachov, foi promovido um referendo sobre a preservação da URSS, no qual participaram 80 por cento dos eleitores, não obstante as autoridades da Letónia, Lituânia, Estónia, Geórgia, Moldávia e Arménia se terem recusado a colaborar na sua organização.

Todavia, mesmo em condições precárias, nestas repúblicas registou-se uma significativa afluência aos locais de voto que foram abertos por iniciativa de alguns soviets locais e colectivos de trabalhadores. «Na Letónia participaram mais de 500 mil pessoas, na Lituânia, mais de 600 mil, na Moldávia, mais de 800 mil, na Geórgia, 45 mil e na Arménia, cinco mil.»

Na consulta, o povo soviético deu uma resposta clara e expressiva: 74,4 por cento dos participantes votaram a favor da conservação da URSS. Mas foi um esforço ingrato: «O resultado foi simplesmente ignorado pelos políticos e não teve qualquer influência no processo que se seguiu».



Na realidade, refere o autor, «o referendo apenas serviu para legitimar a *possibilidade* em si de dissolução da URSS, que até ali permanecia na consciência de massas como um símbolo inabalável».

Entretanto, decorria o processo do *Pacto da União*, ideia que surgiu ainda em 1989 e se traduziu num documento apresentado em Maio de 1990. Em Novembro desse ano, a proposta de *Pacto da União* foi submetida ao Soviete Supremo, sendo rejeitada pela «esquerda» e pela «direita». Gorbatchov decidiu-se então por realizar contactos directos com as nove repúblicas que manifestavam vontade de assinar o Pacto. Iniciado em 23 de Abril de 1991, o processo de Novo-Ogarev, como ficaria conhecido, nunca seria concluído.

A última variante do projecto, denominado *Pacto da União de Estados Soberanos*, foi discutida em 23 de Julho de 1991. Nessa data, os líderes das repúblicas marcaram a sua adopção oficial para Setembro ou Outubro. Porém, num encontro secreto entre Gorbatchov, Ieltsin e Nazarbaev (Presidente da República do Cazaquistão), realizado em 29 e 30 de Julho, também na cidade de Novo-Ogarev, foi decidido antecipar a assinatura para 20 de Agosto, à revelia do Congresso de Deputados do Povo da URSS (o autor nota que o texto final do Pacto nunca foi entregue ao Soviete Supremo da URSS, tendo aparecido publicado na imprensa em 15 de Agosto).

O «golpe de Estado», ocorrido entre 19 e 21 de Agosto, inviabilizou a conclusão de um Pacto que, na opinião de Kara-Murza, era «o resultado de compromissos pessoais assumidos por Gorbatchov e não da sua vontade de preservar o poder da União».

Citando as conclusões de três equipas de especialistas, o autor refere que o texto acordado, para além de «se afastar dos princípios do Estado Federal, não permitia sequer a constituição de uma confederação ou sequer um “clube de estados”».

### O «golpe» de Agosto de 1991

Em Junho de 1991, Boris Ieltsin foi eleito, com 43 por cento dos votos, presidente da RSFSR. Em 2 de Julho, constituiu-se formalmente, no CC do PCUS, a facção denominada «Movimento pelas Reformas Democráticas», liderada por A.N. Iakovlev e por E.A. Chevardnaze. Gorbatchov manifestou apoio a esta facção, alegando que o seu objectivo era «obter a concórdia e a unidade».

Na manhã de 19 de Agosto, a rádio noticiava que Gorbatchov, de férias na estância balnear de Foros, na Crimeia, suspendera por razões de saúde as funções de Presidente da URSS e que a chefia do Estado foram assumida por um comité estatal de emergência (CEE) com plenos poderes. Para garantir a ordem pública, tropas do exército e unidades blindadas tomaram posições nas ruas em Moscovo.

O comité de emergência era constituído pelo vice-presidente da URSS, Gennadi Ianaev, incumbido das funções de Chefe de Estado durante ausência de Gorbatchov, pelo primeiro-Ministro, Valentin Pavlov, os ministros do Interior, Boris Pugo, e da Defesa, Dmitri Iazov, o presidente do KGB, Vladimir Kriutchkov, um membro do conselho presidencial da Indústria de Defesa e pelos presidentes das associações das empresas industriais e agrícolas. O comité tinha o apoio de praticamente todo o Gabinete de Ministros, com o qual se reuniu em 19 de Agosto.

No essencial, observa Kara-Murza, «na “conspiração” estava envolvida toda a “equipa de Gorbatchov” e, à excepção dele próprio, toda a cúpula do poder de Estado». Porém, o facto é que «o Comité não tomou quaisquer medidas». Na capital soviética, o único distúrbio a assinalar registou-se num túnel da circular rodoviária Sadovoi, onde dois automóveis barricados tentaram impedir a marcha de um blindado. No confronto com os militares, três jovens civis foram mortos.

Durante o golpe, a imprensa apresentou o exército como uma instituição de «fascistas assassinos» e os generais como um colectivo inimigo do povo. Contudo, mais tarde,

verificou-se que o comando militar se abstivera de qualquer iniciativa contra forças políticas, assim como do lado dos soldados não se registaram agressões ou sequer ameaças.

Na manhã de 21 de Agosto, foi estabelecida finalmente comunicação telefónica com Gorbatchov, que chegou a Moscovo no próprio dia, ao lado do vice-presidente da Rússia, A.V. Rutskoï, e do primeiro-ministro russo, I.C. Silaev, se tinham deslocado à Crimeia para o acompanhar no regresso.

Para muitos observadores, como assinala Kara-Murza, «o fim do *putsch* foi completamente inesperado e inexplicável. Os “democratas” não representavam qualquer ameaça militar para os *putschistas* e não se registou qualquer ataque. Do lado dos *putschistas* também não se verificou qualquer movimentação, não havendo sequer notícia de negociações, nas quais pudessem sentir-se pressionados a ceder as suas posições».

Em Moscovo, Gorbatchov alegou que fora preso e privado de comunicações na sua *datcha* (casa de campo) em Foros. Mas também esta versão caiu por terra, uma vez que a casa e o próprio automóvel do presidente estavam equipados com ligações por satélite. Este facto foi confirmado publicamente pelo director-geral da empresa *Signal*, V. Zadin que, logo em 24 de Agosto, reagindo às declarações de Gorbatchov, afirmou que «era impossível isolar o Presidente de comunicações» e que este só não atendeu as chamadas porque não quis.

A versão oficial, avançada por Ieltsin e mais tarde adoptada pelo Soviete Supremo da URSS, qualificou os acontecimentos como um golpe de estado, organizado por um grupo de conspiradores criminosos, para os quais chegou a ser pedida a pena de morte.

\*\*\*

No golpe, afirma Kara-Murza, não estiveram envolvidas quaisquer forças políticas organizadas. O PCUS recusou-se a tomar posição sobre o Comité de Emergência enquanto não conhecesse a situação em que se encontrava o seu secretário-geral e, no dia 20 de Agosto, apesar de se encontrarem em Moscovo cerca de dois terços dos membros do Comité Central, o Secretariado decidiu não convocar o plenário do CC.

Acresce que todos os processos judiciais desencadeados depois do golpe, contra as organizações distritais do PCUS e uma série de membros do *Politbureau* e do Secretariado do CC, foram arquivados dada a total ausência de indícios da sua implicação nos acontecimentos de Moscovo.

O próprio grupo União (*Soiuz*), que antes exigira a demissão do presidente e a declaração do estado de emergência, não se envolveu no golpe. Pelo contrário, o seu presidente, N. Blokhin, condenou as acções do comité.

Também não se registaram quaisquer manifestações de massas em apoio ou contra os golpistas. E apesar dos apelos à greve feitos por Ieltsin e pelo edil de Moscovo, à excepção da Bolsa, nenhuma outra empresa fechou.

Kara-Murza encara estes acontecimentos como mais uma demonstração de que «todos os conflitos políticos da *perestróika* decorreram no âmbito da luta entre grupos restritos perante a total indiferença e passividade da esmagadora maioria da população».

Porém, é uma evidência que o golpe foi o pretexto ideal para acelerar o processo em curso de destruição da União Soviética, e de imediato, foi dado início à primeira fase de redistribuição da propriedade.

Sem qualquer cobertura judicial, não só o PCUS foi expropriado como muitas organizações sociais, jornais e estabelecimentos de ensino superior sofreram tentativas de ocupação e confiscação dos seus bens. O autor refere que alguns destes actos foram amplamente noticiados, caso do cerco ao edifício da União dos Escritores da URSS, ao qual resistiram os membros que ali se encontraram reunidos, fazendo fracassar a tentativa de assalto.

O principal resultado da «revolução de Agosto» foi notoriamente «a proibição, à margem dos tribunais, do PCUS e do Partido Comunista da RSFSR, bem como de uma série de organizações sociais pró-soviéticas. O próprio Gorbatchov apelou à auto-dissolução do PCUS».

Para o politólogo americano, A. Ianov, citado por Kara-Murza, «a vitória de Agosto cumpriu quase integralmente a função dos poderes de ocupação».

A partir daqui, a desmontagem de todo o sistema de poder da URSS tornou-se num mero assunto técnico. O V Congresso dos Deputados do Povo da URSS, aberto em 2 de Setembro, não foi sequer autorizado a iniciar a sua ordem de trabalhos. A declaração do presidente da URSS, lida aos deputados por N. A. Nazarbaev, era um ultimato exigindo a auto-dissolução deste órgão democraticamente eleito. O Congresso foi liquidado e, em 14 de Setembro, o recém criado Soviete Estatal da URSS, em substituição do Soviete Supremo, decidiu extinguir a maioria dos ministérios e departamentos da União Soviética.

A ideia do Pacto da União era entretanto recuperada. Agora apenas com vista à constituição de uma confederação, em que entrariam dez estados (Rússia, Ucrânia, Bielorrússia, Cazaquistão, Azerbaijão, Kirguistão, Tadjiquistão, Arménia, Turquemenistão e Usbequistão). O Pacto devia ser assinado em Dezembro de 1991, mas, num encontro realizado em Minsk (Bielorrússia), no dia 8 desse mês, entre Boris Ieltsin, Leonid Kravtchuk<sup>5</sup> (primeiro presidente da Ucrânia) e Stanislav Chuchkevitch<sup>6</sup> (presidente do parlamento e chefe de Estado da Bielorrússia), foi assinado um acordo secreto que pressupunha a liquidação da URSS. A declaração afirmava que a URSS «como sujeito do direito internacional e realidade geopolítica cessava de existir».

Kara-Murza refere que «as repúblicas da Ásia Central [Usbequistão, Tadjiquistão Turquemenistão e Kirguistão], Cazaquistão e Arménia manifestaram a sua perplexidade, mas era já tarde demais. A história do Estado da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas terminara.»

### O revisionismo e a perestróika

(V. II, Parte II, C.7, p. 293)

O papel decisivo da figura de Gorbatchov no lançamento e desenlace da *perestróika* é um facto incontestável. Porém, certas análises pretendem fazer crer que o processo de reestruturação da sociedade soviética era uma necessidade objectiva, explicando-se a catástrofe que provocou pela incapacidade dos dirigentes ou até pelo extremo agravamento dos problemas não resolvidos ao longo de décadas. A ideia das «reformas», dizem alguns, seria bem intencionada, mas a sua concretização fracassou.

Hoje, Gorbatchov não esconde que é um social-democrata. Mas nem sempre se assumiu assim. Um dos seus assistentes, Vadim Zagladin, em entrevista ao *Corriere della Sierra* citada na presente obra, afirmou que o secretário-geral do PCUS tinha objectivos precisos desde o início da *perestróika*: «Nesse tempo, Gorbatchov não podia falar abertamente, sabia que a maioria do *Politbureau* e do CC não apoiaria as suas posições. Isto foi reconhecido pelo próprio. Ele teve de ser matreiro, não podia dizer tudo e muitas vezes tinha de dizer uma coisa e fazer outra.»

Como observa Kara-Murza, «não se pode chamar a isto errar. Desde o início, Gorbatchov fez jogo duplo, enganou o Partido e todo o povo e conduziu o país à catástrofe».

Zagladin refere ainda que «o discurso proferido por Gorbatchov em Londres no final de 1983, já continha uma nova concepção política, distinta das concepções do Partido e do

---

<sup>5</sup> Kravtchuk tomou posse como presidente da Ucrânia no dia 5 de Dezembro de 1991.

<sup>6</sup> Chuchkevitch ascendeu à chefia de Estado depois do golpe de Agosto de 1991 por ser presidente do parlamento bielorrusso, permanecendo no cargo até 26 de Janeiro de 1994. Em Julho desse ano, Aleksandr Lukachenko tornou-se o primeiro presidente eleito da Bielorrússia.

Estado». E acrescenta: «o eurocomunismo influenciou o desenvolvimento das ideias e concepção geral da *perestróika*. Já nos finais dos anos 60, Gorbatchov lia em privado todos os documentos dos partidos ocidentais».

O eurocomunismo teve de facto «uma influência determinante nos destinos do mundo, destruindo a cultura do movimento de esquerda e abrindo caminho ao neoliberalismo no Ocidente e à *perestróika* na URSS», conclui Kara-Murza.

### **A manipulação das consciências**

(V. II, Parte II, C.8, págs. 312-331)

Uma das mais sonoras campanhas de manipulação da opinião pública durante a *perestróika* desenvolveu-se em torno do chamado «projecto do século», que consistia no represamento e transvase de água dos rios do Norte e da Sibéria para as repúblicas da Ásia Central, visando em particular salvar o Mar Aral da extinção.

A temática ecológica, como assinala o autor, foi «a plataforma que permitiu aos organizadores do projecto anti-soviético juntar pessoas para as primeiras acções políticas».

Este facto é reconhecido pelo sociólogo O.N. Ianitskov, membro da Academia de Ciências da Rússia, que o autor cita: «O protesto ecológico na URSS, entre 1987 e 1989, constituiu a primeira forma legal de protesto social e de solidariedade entre cidadãos (...) Os conflitos ecológicos nas repúblicas do Báltico estimularam a criação das frentes populares em defesa da *perestróika* e legitimaram a sua luta, inicialmente pela independência económica, depois pela saída da URSS (...) Em Fevereiro de 1989, realizou-se na URSS a primeira acção maciça contra o governo, com mais de 300 mil pessoas provenientes de uma centena de cidades em protesto contra a construção do canal Volga-Tchograi.»

As alterações na esfera cultural eram «uma condição necessária para se garantir a desejável passividade das massas no decorrer da “revolução” da nomenclatura. Era preciso arrancar as pessoas das tradições, da memória histórica e da cultura russa, para criar o “indivíduo massificado” – um género cultural particular que a Rússia não conheceu até aqui», observa Kara-Murza,.

Este objectivo, explica, começou a ser alcançado no final dos anos 80, quando «a máquina ideológica de Gorbatchov conseguiu inesperadamente transformar numa massa uma parte de um povo de muitos milhões de pessoas politicamente activas».

«O indivíduo massificado perde o sentimento de responsabilidade, o que lhe transmite uma sensação anestésica de liberdade e de invulgar felicidade. Sob a influência de oradores que antes se recusaria a ouvir, concorda alegremente com a destruição de valores que até ali tinham alimentado toda a sua vida material e espiritual.»

A campanha contra o «desvio de rios» iniciou-se com uma série de artigos publicados na imprensa que denunciavam os alegados terríveis efeitos sobre o meio ambiente provocados pela construção de barragens. No fundo, o projecto, apelidado pela imprensa de «desvio de rios», consistia em rigor na construção de barragens e canais e não propriamente no desvio dos seus cursos.

Kara-Murza refere que na URSS existiam cerca de quatro mil barragens, comportando 1200 quilómetros cúbicos (km<sup>3</sup>) de água. A sua construção, tal como em muitos outros países, teve efeitos positivos, permitindo melhorar as áreas circundantes, construir uma ampla rede de vias fluviais de navegação, regularizar o curso de numerosos rios, produzir enormes quantidades de energia eléctrica e irrigar sete milhões de hectares de terra.

Contudo, os ditos ecologistas não queriam saber de argumentos, nem estes foram evocados pelas autoridades. A palavra de ordem era radical: «Não toquem nos rios do Norte, não toquem na natureza!»

Como recorda o autor, durante toda a discussão, «nunca se falou da história do “projecto do século” que foi apresentado como uma emanção típica do plano tecnocrático soviético (“stalinista”) de transformação da natureza, o qual tivera como consequências lógicas a desertificação dos solos, o desaparecimento do mar de Aral, o desastre de Tchernóbil ou o abandono de aldeias “inviáveis”. A luta contra o desvio de rios cedo se tornou numa luta messiânica contra o Golias do sistema de comando-administrativo».

No entanto, o projecto de transvase da bacia de Ob e Irtysh para a bacia do mar Aral foi sugerido pela primeira vez em 1868 por um licenciado da Universidade de Kiev, I.G. Demtchenko, que o publicou, em 1871, sob o título, *A Inundação da Depressão do Aral-Cáspio para a Melhoria do Clima dos Países Adjacentes*. O livro teve uma segunda edição revista, em 1900, que foi apresentada pelo autor na Sociedade Geográfica da Rússia, onde concluiu o seu discurso com as seguintes palavras: «Virá o tempo em que cada pedaço de boa terra será tão valioso para os russos como já o é hoje para os franceses e os holandeses.»

Mas na Rússia da altura não havia disponibilidade financeira nem necessidade de grandes projectos de desenvolvimento e o autor visionário foi tratado com ironia pelo jornal de informação económica *Birjevie Vedomosti*: «Aconselhamos o senhor Demtchenko a depositar todos os rendimentos que obtiver com a venda do seu livro num fundo especial destinado à “inundação da depressão de Aral-Cáspio”. Dentro de cinco ou dez mil anos, com os juros claro, haverá capital suficiente para provocar o dilúvio sobre a Europa e a Ásia.»

Mas depois da Revolução de Outubro, como salienta Kara-Murza, «as questões deixaram de ser colocadas em termos de capital e de juros e o projecto ganhou actualidade».

O interesse foi tal que, ainda durante a guerra civil, foram feitas tentativas de expedição à Sibéria, embora, devido à falta de meios, o local tivesse sido visitado por um só engenheiro que confirmou a viabilidade do transvase. Entretanto, foram elaborados vários projectos, mas só nos anos 60 se iniciou a preparação científica e planeada do programa.

O intenso desenvolvimento económico e social registado no período soviético reflectiu-se inevitavelmente num acentuado aumento do consumo de água que é talvez o mais importante recurso natural utilizado na produção e determinante da qualidade de vida das populações.

«No final dos anos 80, a produção industrial tinha aumentado 200 vezes ao longo de todo o período soviético; a área cultivada cinco vezes; o consumo de água nas zonas urbanas atingiu 300 litros por pessoa por dia. Em consequência, a captação de água nos rios aumentou oito vezes, totalizando 500 km<sup>3</sup> por ano, ou seja cerca de 10 por cento dos caudais fluviais, sendo metade devolvida aos seus cursos. As reservas de água do país eram grandes mas a sua distribuição desigual fazia com que 80 por cento das necessidades de consumo se concentrassem em territórios que dispunham de apenas 20 por cento do total de recursos aquíferos.»

Os sistemas de abastecimento de água começaram a ser construídos na Rússia logo no século XVIII. Nos anos 80, quando a campanha pseudo-ecológica foi lançada, os transvases forneciam cerca de 60 km<sup>3</sup> de água de consumo doméstico e industrial. Por exemplo, o canal entre o rio Volga e o rio Moscovo, construído nos anos 30, não só abastecia de água a capital e os arredores, ou seja 16 milhões de pessoas e uma poderosa indústria, mas também assegurava ligações fluviais entre a cidade de Moscovo e os mares Báltico, Branco, Azor e Negro.

A Rússia é um país gelado que possui a agricultura mais a Norte do mundo. Devido às baixas temperaturas e aos curtos verões, a produção é fraca. Por isso, o cultivo das regiões a Sul foi sempre um objectivo de enorme importância.

No caso da bacia do Mar Aral, mediante a irrigação, as potencialidades bioclimáticas são entre seis e sete vezes superiores aos indicadores médios da URSS. Em muitos locais podia-se obter duas colheitas por ano. Contudo, dos 20 milhões de hectares de terra arável, apenas sete podiam ser irrigados devido ao esgotamento quase total das fontes locais de

água. O «projecto do século» iria permitir irrigar cerca de 13 milhões de hectares de terra, cuja produtividade era equivalente a 80 ou 90 milhões de hectares de terra média, segundo os parâmetros da URSS.

A Ásia Central era já um grande produtor de algodão, conseguindo satisfazer inteiramente as necessidades desta fibra na URSS e nos países do CAME<sup>7</sup>. A região possuía mão-de-obra suficiente e já estava inteiramente coberta por uma rede de irrigação. Só faltava a água prometida da Sibéria para incrementar fortemente a produção de alimentos. No seu percurso, o canal abasteceria as cidades do Sul dos Urais e os campos do Cazaquistão.

Mas há ainda um factor ambiental que aconselhava a concretização do transvase. Na Ásia Central, os solos têm uma elevada salinidade que só pode ser eliminada com grandes quantidades de água, sob pena de provocar uma redução drástica da produtividade. Por outro lado, a própria agricultura contribui para a salinização dos solos. Este é um dos muitos «círculos viciosos» causados pela actividade humana. «Para rompê-lo, seria necessário dispor exactamente de recursos suplementares de água.»

De resto, como explica o autor mais adiante, há muito que o problema do Mar Aral era estudado pelos cientistas que, logo a partir dos anos 60, previram o seu inevitável desaparecimento caso não se efectuasse um transvase. Os seus 30 milhões de habitantes, com as suas actividades produtivas, iriam consumir toda a água existente.

Os cálculos contavam eram simples de fazer: o consumo de água na região, essencialmente na irrigação, atingira os 70 km<sup>3</sup> por ano, os caudais que chegavam ao Mar Aral rondavam os 56 km<sup>3</sup> nos anos 60 e reduziram-se drasticamente até aos 4 a 5 km<sup>3</sup>, na década de 80. Em certos anos, as águas do rio Sir-Daria já nem sequer alcançavam o mar.

Em contrapartida, o rio Ob no norte da Sibéria lançava no oceano Ártico 410 a 550 km<sup>3</sup> de água por ano e o consumo local era bastante reduzido (menos de 1,3 por cento do caudal).

A primeira fase do projecto previa um transvase de apenas 27 km<sup>3</sup>, menos que as variações anuais dos caudais do rio. Para além disso, planeava-se a construção de um grande reservatório que iria minimizar as habituais cheias que inundam vastas áreas de solo, melhorando as condições locais para a agricultura e a produtividade da floresta siberiana. Tal já fora experimentado com sucesso nas repúblicas do Báltico.

\*\*\*

Como é óbvio, a suspensão dos trabalhos do «projecto do século» foi determinada, essencialmente, por objectivos políticos: «Os povos reúnem-se num grande país e preservam a sua unidade apenas se daí retirarem vantagens substanciais, económicas e de segurança. O conceito de irmandade dos povos e de destino histórico comum é a fundamentação ideológica que legitima a opção política e justifica alguns inconvenientes inevitáveis, resultantes da convivência de múltiplas nacionalidades num país.»

«Os grandes programas, ou seja a criação de grandes sistemas técnicos à escala do país, alimentam um dos mais importantes mecanismos que repercutem pelos povos as vantagens da sua união e cooperação. São exactamente os grandes projectos que consolidam um país.»

A destruição dos grandes países, concluiu Kara-Murza, «é sempre acompanhada da tentativa de destruição, divisão e paralisação dos sistemas unificados. Quando os ingleses ocuparam a Índia, um país bastante desenvolvido para a época, onde não havia fome, o seu

---

<sup>7</sup> O Conselho de Ajuda Mútua Económica foi constituído em 1949 como espaço de convergência económica dos países do campo socialista e de solidariedade material da URSS com os novos estados socialistas formados na sequência da vitória sobre o nazi-fascismo.

primeiro objectivo foi a destruição do imenso sistema de irrigação. Para tal instigaram o separatismo dos príncipes, fazendo regredir a organização do Estado até à sua desagregação, o que foi fatal para o sistema de rega».

O mesmo aconteceu na URSS em praticamente todos os sectores de actividade em que existiam sistemas unificados, destacando-se, entre muitos outros exemplos referidos pelo autor, a divisão da *Aeroflot* em numerosas pequenas companhias de aviação. Em resultado, «os aviões e a rede de aeroportos deixaram de cobrir a totalidade do território e o número de passageiros nos voos internos diminuiu cinco vezes».

A campanha de descrédito do programa de transvases «desferiu um forte golpe na concepção da economia nacional e da existência da URSS enquanto Estado unificado».

Para além de ter suscitado de imediato a questão da soberania regional sobre os recursos naturais, esta campanha «destruiu a ideia de destino comum dos povos da URSS, antes de mais nas relações entre a RSFSR [Rússia] e a Ásia Central».

Kara-Murza recorda que a água era uma promessa antiga feita pela Rússia aos povos da Ásia Central. O próprio Kerenski (primeiro-ministro na sequência da revolução burguesa de Fevereiro de 1917 que derrubou o Czar) teve necessidade de a renovar, anunciando que o canal seria construído. No período soviético, o discurso e a prática reforçaram esta convicção: «De certa forma, pode dizer-se que os uzbeques e os cazaques utilizaram a água de que dispunham nas culturas de algodão que era enviado para a Rússia, confiantes em que o recurso seria reposto no futuro. E de repente surge uma barulhenta campanha, gritando: “não vos damos a água”, com a *intelligentsia* elitista à cabeça, apoiada claramente pelas cúpulas do PCUS. Não é difícil imaginar a reacção dos povos da Ásia Central. O alicerce ideológico da URSS tinha cedido.»

#### **A campanha anti-kolkhozes** (V. II Parte II, C.9, págs. 331-399)

A política agrícola (a colectivização e a organização da agricultura em cooperativas), constituiu o primeiro tema da campanha anti-soviética iniciada, segundo o autor, ainda nos anos 60, altura em que começou a ser difundida a ideia de que todo este sector assentava numa concepção errada, propagando-se gradualmente à generalidade da opinião pública e acabando por se tornar num «importante factor do arrasamento do sistema soviético».

O ataque aos *kolkhozes* radicalizou-se no dealbar da década 90, quando o tom e a violência das críticas já não escondiam os verdadeiros objectivos políticos que as motivavam. A.N. Iakovlev [membro do *Politbureau* considerado como o ideólogo da *perestróika*] chegou mesmo a afirmar: «É preciso vontade e sabedoria para destruir gradualmente a comuna bolchevique – o *kolkhoz*. Aqui não há lugar ao compromisso, o campo dos *kolkhozes* e *sovkhozes* ainda é forte e não cederá facilmente. Por isso, a descolectivização tem de ser conduzida legalmente mas com firmeza.»

Outro dos ideólogos da *perestróika*, A. Adamovitch<sup>8</sup>, acrescenta, no seu livro publicado em 1991, *Nós – A Geração de Sessenta*: «Sem libertarmos totalmente o campo do regime stalinista de ocupação e de todas as suas sequelas, a agricultura não se erguerá, nem tão pouco a *perestróika*.»

No mesmo sentido se pronunciou o economista Aganbeguian, já aqui referido a propósito das suas considerações sobre o alegado excesso de tractores, que elegia como um

---

<sup>8</sup> Aleksandr (Aless) Adamovitch, escritor bielorrusso (1927-1994), doutorado em filologia. Torna-se deputado da URSS entre 1989-1991, eleito pela União dos Cineastas da URSS. Trabalhou como argumentista em colaboração com o realizador Elem Klimov, entre outros, no filme *Vai e Vê* (1985). Integrou a direcção da organização anti-soviética *Memorial*.

dos exemplos para demonstrar a ruína da agricultura soviética e o absurdo da economia planificada.

Todavia, os dados referidos por Kara-Murza descrevem uma situação na agricultura que de modo algum pode ser qualificada como de crise ou sequer difícil: «Em 1989, na URSS existiam 24 720 *kolkhozes* que geraram lucros de 21 mil milhões de rublos. Apenas 275 unidades *kolkhozianas*, ou seja, um por cento do total, apresentaram nesse ano prejuízos no valor de 49 milhões de rublos, ou seja 0,2 por cento dos lucros totais apurados. A rentabilidade global dos *kolkhozes* foi de 38,7 por cento».

Logo no início da *perestroika* foi feito grande alarido em torno do facto de, entre 1975 e 1985, o Estado soviético ter investido na agricultura uma soma equivalente a «um quarto de bilião de dólares americanos», aparentemente «sem resultados no aumento da produção». Esta afirmação foi produzida por Otto Latsis<sup>9</sup>, membro do Conselho Presidencial de Ieltsin.

Na realidade, como explica o autor, «não há nada de extraordinário neste investimento de 250 mil milhões de “dólares”, feito conjuntamente pelo Estado e pelos *kolkhozes* ao longo de dez anos». O mesmo se pode dizer em relação à «denúncia», feita em 1986, pela académica T.I. Zaslavskaia<sup>10</sup>, que pareceu alarmada com o facto de, na URSS, as subvenções dos produtos alimentares atingirem anualmente 40 mil milhões de rublos. No primeiro caso, observa Kara-Murza, trata-se de «25 mil milhões de “dólares” por ano», no segundo, de «11 rublos por mês, por pessoa».

Comparando com a realidade de outros países, o autor sublinha que, em 1986, no Canadá, «as dotações orçamentais representaram 96,7 por cento do preço do leite.» No mesmo ano, acrescenta, «os subsídios governamentais à agricultura nos Estados Unidos atingiram 74 mil milhões de dólares, nos países da Comunidade Europeia 75 mil milhões, no Japão 50 mil milhões.»

«No período de 1984-85, a Comunidade Europeia financiou em 142 por cento os preços à produção do açúcar (...) No conjunto dos 24 países que, na época, integravam a OCDE (Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico), os subsídios agrícolas representavam cerca de metade dos gastos da população em produtos alimentares. No Japão e na Finlândia atingiam 80 por cento. (...) Nos Estados Unidos, as ajudas estatais eram seis vezes superiores ao capital investido pelas explorações, representando 40 por cento do seu produto bruto.»

Enquanto nos países capitalistas desenvolvidos o volume das dotações orçamentais para a agricultura só era comparável com o destinado às áreas da ciência e militar, nos países dos CAME (Conselho de Ajuda Mútua Económica), os apoios mais elevados registavam-se na Hungria, onde representavam se elevavam a 13 por cento do total do investimento no sector agrícola.

A omissão destes factos pelos propagandistas da *perestroika* teve como único objectivo denegrir os camponeses soviéticos e os seus *kolkhozes* que, apesar de laborarem em condições muito mais desfavoráveis do que as explorações capitalistas, conseguiam obter resultados claramente positivos.

Entre 1975 e 1985, no território da URSS, o número de trabalhadores ocupados na agricultura diminuiu em meio milhão de pessoas, enquanto que a produção, em preços

---

<sup>9</sup> Otto Latsis (1934-2005), nascido em Moscovo, doutorou-se em ciências económicas. Membro do PCUS desde 1959, foi eleito para o CC entre 1990-1991. Trabalhou desde os anos 60 como colaborador de várias publicações periódicas, dirigindo a revista do CC do PCUS, *Kommunist*, entre 1986 e 1991. Membro da União de Jornalistas da URSS, integrou o Conselho Presidencial entre 1993 e 1996. Demitiu-se deste cargo em protesto contra a guerra na Tchéchenia.

<sup>10</sup> Tatiana Ivanovna Zaslavskaia, nasceu em 1927 em Kiev, doutorada em ciências económicas, especializou-se em sociologia, tendo fundado nos anos 60 a Escola de Sociologia Económica de Novossibirski. Dirige entre 1988 e 1992 o Centro Nacional de Estudos de Opinião Pública, sedado em Moscovo. É eleita deputada do povo da URSS entre 1989-1991, integra a Comissão do Soviete Supremo da URSS para o Trabalho e Assuntos Sociais e mais tarde o Conselho Presidencial de Ieltsin.



comparados com 1983, aumentou de 173,3 mil milhões de rublos para 208,6 mil milhões de rublos.

Estes dados constam na colectânea de estatísticas, *A Agricultura na URSS* (Moscou, 1988), onde igualmente se assinala que, no período de 1976-1985, foram de facto investidos 299,4 mil milhões de rublos na agricultura, valor que, de acordo com a cotação oficial, correspondia aos tais 250 mil milhões de dólares referidos por Otto Latsis.

Apesar de a moeda soviética não ser convertível, o rublo tinha de facto naquela época maior poder aquisitivo do que o dólar, pelo menos no que se refere aos preços dos produtos agrícolas. Mas também sobre este assunto se especulou muito, sem olhar à contradição. Os detractores do sistema soviético, como lembra o autor, tanto afirmavam que o rublo era de «pau» («não valia mais do que cinco cêntimos», chegou a dizer Latsis), como a seguir faziam as suas contas com base na cotação oficial, permitindo-lhes somar muitos milhões em divisas que impressionavam a opinião pública.

A estatística registou igualmente, nesta década de investimento (1976-1985), um aumento da produção de cereais de 140,1 milhões para 191,7 milhões de toneladas. A produção de leite aumentou em oito milhões de toneladas e a de ovos em 17,6 mil milhões de unidades (+53%).

### Meias-verdades e mentiras descaradas

A ideia generalizada de que «Stáline não deveria ter tocado no campo» está, na opinião de Kara-Murza, na origem da «síndrome anti-*kolkhoziana*». «As repressões, a deportação dos *kulakes* [agricultores ricos] e a fome de 1932-33 são alguns dos argumentos preferidos para condenar a colectivização.»

Ao longo dos anos, muitas meias-verdades e descaradas mentiras têm sido ditas sobre este período. A começar pelos números. Citando dados apurados já no final da *perestroika* e publicados na revista *Sotsiologitcheski Issledovania*<sup>11</sup>, da Academia das Ciências da Rússia, o autor escreve que «entre 1930 e 1931 foram deportadas para outras regiões 381 026 famílias de *kulakes*. Depois de 1931 não se registaram mais deportações em massa de famílias camponesas».

Assinalando-se a evidente grandeza deste número, importa no entanto inseri-lo no contexto histórico da época. No final da década de 30, como refere o autor, a produção de cereais estava ao nível de 1913 e a indústria continuava muito aquém das necessidades do mercado, verificando-se uma redução da oferta global de mercadorias de ambos os sectores na ordem dos 30 por cento em relação ao referido ano.

Mesmo sem entrar em considerações sobre a eficácia das pequenas e médias explorações privadas que caracterizavam o campo russo, em comparação com as potencialidades do modelo de grandes explorações colectivas ou estatais, Kara-Murza observa que, «mais do que a colectivização, havia a necessidade urgente de forçar a industrialização do país. Ora, a única fonte de recursos era o campo, quer como produtor de cereais para exportação, quer como fornecedor de mão-de-obra».

Assim, qualquer outra via de desenvolvimento que apostasse nas pequenas explorações agrícolas privadas, (as quais, por exemplo, na Polónia, nos finais dos anos 80, eram responsáveis por 78 por cento de toda a produção agrícola), poria em causa o objectivo vital que se colocava à União Soviética no final da década de 20: conseguir industrializar o país em tempo recorde.

Contudo, apesar dos erros grosseiros cometidos no processo de colectivização, de que mais adiante se falará, não se pense que na URSS não existia a propriedade particular da terra, entendida aqui como direito de usufruto. Aliás, dada a profusão das hortas particulares, o autor considera que vigorava «um sistema híbrido», em que as duas formas

---

<sup>11</sup> <http://www.isras.ru/socis.html>

de exploração, colectiva e particular, «eram partes inseparáveis de um modo de produção e de vida *kolkhoziano*». De resto, acrescenta, «esta foi a fórmula que convenceu o campesinato a aderir à colectivização».

O *kolkhoz* e a exploração particular estavam também ligados tecnologicamente. Em ambos se utilizavam os quadros técnicos, as máquinas, os combustíveis, os fertilizantes e outras possibilidades do *kolkhoz*, o que constituía uma forma de redistribuição dos rendimentos pelos seus membros.

### O desempenho do sistema agrícola

Apesar de condições climatéricas desfavoráveis, a produção da URSS em 1989 era comparável, num conjunto de culturas, com a de países detentores de agriculturas altamente desenvolvidas, como os Estados Unidos.

A produção de trigo atingiu os 303 quilogramas por habitante (nos EUA foi de 223); a de batata, 251 quilogramas (nos EUA 120 e na Inglaterra 66); a de carne, 70 quilogramas (nos EUA 120 e na Inglaterra 258); a de manteiga, 6,3 quilogramas (nos EUA 2,2 e na Inglaterra 2,4); a de ovos, 292 unidades (nos EUA 270 e na Inglaterra 214).

À semelhança do que se verificava em geral nos outros sectores, também a agricultura soviética supria, de facto, o grosso das necessidades do país, cuja economia se caracterizava por um elevadíssimo grau de auto-suficiência.

Se é verdade que, a meio da *perestróika*, foi necessário aumentar significativamente as importações, dada a desorganização da estrutura produtiva, é igualmente um facto que, em 1970, o país bastava-se praticamente com a sua produção de cereais. Nesse ano, as importações deste bem representaram apenas 1,1 por cento do consumo; em 1985, sete por cento e, em 1989, 4,3 por cento.

Quanto aos indicadores de produtividade, o sistema de *kolkhozes* e *sovkhozes* deu provas de grande eficácia. O autor assinala, designadamente, que a produtividade dos cereais registou uma tendência estável de crescimento, passando de 13,9 quintais-métricos (unidade de 100 kg) por hectare em 1980 para 19,9 em 1990. Neste período aumentou constantemente a produtividade leiteira, de 2,2 até 2,85 toneladas/ano, por vaca.

Em comparação com outros países, a produtividade das culturas de trigo na URSS atingiu, em 1989, 18,2 quintais-métricos por hectare (nos EUA foi de 22,2 e na Argentina de 19,8); no girassol, 15,8 quintais-métricos por hectare (nos EUA foi de 11, na Argentina de 14,7); no algodão, oito quintais-métricos por hectare (nos EUA foi de 6,9, no Brasil de 3,2).

Na Ucrânia, a produtividade das culturas de trigo atingia os 34-36 quintais-métricos por hectare, o que era muito superior ao resultado obtido pelas explorações norte-americanas que dispunham de condições climatéricas análogas.

Notando que os *kolkhozes* foram vítimas de erros cometidos na década de 60, «exactamente porque se tentou imitar o Ocidente (“Vamos alcançar a América”)», Kara-Murza considera que as medidas tomadas nessa altura não tiveram em conta algumas especificidades dos campos soviéticos.

«A fusão dos *kolkhozes* levou à concentração de grandes quantidades de gado em uma ou duas regiões (...). As pastagens começaram a escassear e o gado começou a receber rações forraginosas, o que se reflectiu num aumento da procura de cereais (...). Basta dizer que, em 1980, a pecuária na URSS dispunha de 68 milhões de toneladas de rações nas pastagens contra 282 milhões de toneladas que os campos norte-americanos ofereciam.»

Mesmo assim, a análise da relação custos/resultados mostra que os *kolkhozes* conseguiam atingir um alto nível de eficácia, não ficando atrás das explorações de outros países em certos tipos de produções.

Entre 1985 e 1990, o preço de custo médio da tonelada de cereais era, na URSS, de 95 rublos. Na França, a tonelada de trigo custava aos produtores em 1987/88, 207 dólares; na RFA, 244; na Inglaterra, 210; e na Finlândia, 482 dólares.

O custo médio da produção de uma tonelada de leite era, neste período, de 330 rublos. Aos agricultores norte-americanos custava 331 dólares, onde se incluíam significativos subsídios à produção, na ordem de 136 dólares por tonelada.

Cumprido de novo assinalar que estes resultados eram obtidos apesar das enormes desvantagens climatéricas da Rússia, núcleo central da URSS, face a outros países. Estas condições eram naturalmente mais difíceis de ultrapassar em sectores como o da pecuária, onde os índices de produtividade ficavam muito aquém dos obtidos, por exemplo, nos Estados Unidos ou em França. A mesma vaca teria sempre mais peso numa quinta dos EUA do que num *kolkhoz* da Rússia.

Kara-Murza explica esta questão com algum detalhe: «Toda a agricultura da Rússia se desenvolve numa zona de risco. O potencial biológico dos seus solos é quase duas vezes (1,87) inferior ao existente nos Estados Unidos. Isto significa que, com os mesmos gastos materiais e de mão-de-obra, um agricultor norte-americano pode produzir 87 por cento mais do que o camponês russo.»

As condições climatéricas eram uma variável importante dentro da própria URSS: «Os *kolkhozes* da Ucrânia e da Bielorrússia tinham a mesma organização, mas os solos eram diferentes. Por isso, na Ucrânia, o custo da tonelada de cereais era de 69 rublos, enquanto na Bielorrússia atingia os 125 rublos, quase o dobro. Na Moldávia era de 77 rublos e na Letónia de 173 rublos.»

Estas diferenças foram totalmente escamoteadas na campanha anti-*kolkhozes* e, ainda hoje, são poucos os que tentam desmontar os argumentos utilizados para a sua destruição.

Uma dessas raras vozes é o académico russo L.V. Milov, professor da Faculdade de História da Universidade Estatal de Moscovo. Numa entrevista à revista *Ogonek*, em Março de 2001, citada na presente obra, afirma:

«No que toca à agricultura, a Rússia estará sempre em desvantagem! Basta pensar que, na Europa, o período agrícola estende-se por nove meses, na Rússia, é de apenas cinco. (...) Na Europa, os campos só não são laborados nos meses de Dezembro e Janeiro. Em Novembro, por exemplo, é possível semear trigo de Outono.»

Comparando a agricultura soviética com a Rússia do século XVIII, afirma: «A produtividade do trabalho aumentou cerca de 40 a 50 vezes, mas as condições da natureza mantiveram-se iguais». Por isso, conclui, «a agricultura nunca será um sector lucrativo».

Esta ideia é completada por Kara-Murza ao considerar que a agricultura na Rússia só é viável «se for encarada como um sector fundamental para a vida e nunca apenas como fonte de lucro». E a realidade recente confirma-o: «As explorações agrícolas privadas ocupavam, em 1998, 13 milhões de hectares de terra, o que equivale a cerca de 7,5 por cento dos solos cultivados. Contudo, a sua produção de cereais representava apenas entre quatro a seis por cento, enquanto a produção de carne e leite se situava entre 1,5 e 1,6 por cento dos totais produzidos no país.»

Para além da eficácia ainda hoje demonstrável pelo que deles resta, os *kolkhozes* e *sovkhoses* conseguiam não só alimentar a população (a URSS ocupava o 7.º lugar a nível mundial em qualidade da alimentação), mas também constituíam um importante factor de fixação de comunidades e de desenvolvimento dos meios rurais, contribuindo para a eliminação progressivamente das diferenças entre campo e cidade.

Em 1985, um camponês *kolkhoziano* trabalhava apenas 22,4 dias por mês. Como reflexo da constante melhoria das condições de vida, o êxodo rural foi estancado ainda nos anos 70 e a população rural estabilizou, até 1990, em cerca de 96 milhões de pessoas. Entretanto, o nível de qualificação da mão-de-obra foi crescendo: «Dos cerca de 4,6 milhões operadores de máquinas, 70 por cento eram operários especializados há mais de cinco anos; 37 por cento eram operadores de máquinas de 1ª classe».

Em meados dos anos 70, os campos soviéticos foram alvo de uma importante modernização. Herbicidas, fertilizantes e adubos industriais passaram a ser utilizados em larga escala e muitos trabalhos foram mecanizados, o que permitiu melhorar significativamente o desempenho extensivo e intensivo das unidades agrícolas.

Entre outros indicadores que registaram saltos positivos, destacam-se a produção de galináceos que, entre 1975 e 1987, aumentou de 1335 para 3126 milhares de toneladas, e a produção leiteira por vaca, que cresceu de 2,3 toneladas anuais para 2,85. Por outro lado, o aumento da produção reflectiu-se na redução dos gastos de trabalho. Se em 1971-1975 eram necessárias 1,8 horas para produzir 100 quilos de cereais, em 1987, bastavam 1,2 horas.

Para aproveitar a mão-de-obra assim libertada e evitar o êxodo para as cidades, nos anos 70, foram instaladas numerosas fábricas nos meios rurais, prevendo-se que no início dos anos 80 estivessem em laboração nestas regiões cerca de 300 mil unidades industriais.

O campo estava a mudar: «Em 1965, nos meios rurais, 71,1 por cento da mão-de-obra estava ocupada na agricultura. Em 1982, apenas 52,7 por cento da população activa rural trabalhava neste sector. Ou seja, quase metade dos trabalhadores residentes no campo tinha actividade fora da agricultura: 14,1 por cento trabalhavam na área da cultura e educação e 6,6 por cento no comércio.» (Dados citados no artigo de V.I. Staroverov, «Aspectos sociais do desenvolvimento das forças produtivas do complexo agro-industrial», publicado na revista *Sotsiologitchecki Issledovania*, 1985, n.º2).

### A descapitalização da agricultura

No início do período de colheitas de 2001, o Ministério da Agricultura da Federação Russa revelou que o país dispunha apenas de 514 mil tractores em estado de funcionamento. Em 1986, recorda Kara-Murza, «existiam 1,424 milhões».

Em resultado da leonina política de preços agrícolas seguida a partir de 1992-93, os *kolkhozes* viram-se numa situação de estrangulamento financeiro que lhes retirou capacidade económica para renovarem o seu parque de máquinas. Para além de lhes amputar parte do seu potencial produtivo, a ruína dos *kolkhozes* reflectiu-se de forma dramática na indústria de construção metalomecânica.

Nos anos 80, a produção de tractores atingia as 25 mil unidades por mês. Em Fevereiro de 2001 apenas foram construídos 1200 tractores. O mesmo aconteceu com os mini-tractores cuja produção, em 1997, não passou das 400 unidades, 20 vezes menos do que em 1993.

No início da década de 90, como refere o autor, os preços ao produtor cresceram em média 8,6 vezes, enquanto os serviços e produtos que os *kolkhozes* era obrigados a adquirir sofreram um aumento de 16,2 vezes. «O preço da carne à produção cresceu 45 vezes e o do leite, 63 vezes, enquanto que a gasolina subiu 324 vezes. Um tractor K-700 passou a custar 828 vezes mais e o preço do modelo T-4 subiu 1344 vezes. A situação tornou-se insustentável e a procura de máquinas agrícolas na Rússia diminuiu em mais de 90 por cento.»

Em 2000, a «última reserva» dos agricultores era ainda o gado bovino, de que restavam cerca de 28,4 milhões de cabeças (em 1988, existiam 60 milhões). «Em 1996 passou a haver menos de uma vaca por cada 10 habitantes (em 2001, esta relação foi exactamente de 0,89 por cada dez pessoas). Nunca antes, nem mesmo durante a guerra, se tinha atingido um nível tão baixo. O número de cabras e ovelhas diminuiu em um quarto por comparação com os anos 80».

As diferenças de rendimentos entre trabalhadores agrícolas e dos restantes sectores, que ao longo de muitas décadas tinham sido esbatidas, dispararam em poucos anos: «Em Janeiro de 2001, o salário mensal médio na agricultura era de 852 rublos, enquanto que na banca e seguradoras atingia 13 341 rublos. Isto é 16 vezes mais! (...) Em 1988, o rendimento médio *per capita* nas famílias *kolkhozianas* era de 121 rublos (juntamente com outras regalias sociais atingia os 242 rublos). Na indústria e serviços, o rendimento médio *per capita*, sem contar com regalias não pecuniárias, era de 151 rublos.»

Um balanço do próprio Ministério da Agricultura da Federação Russa, de 2001, deu conta do extremo agravamento da situação do complexo agro-industrial.

«Em comparação com 1991, o financiamento dos institutos da Academia de Ciências Agrícolas da Rússia diminuiu 8,5 vezes em 1999. O salário médio dos seus colaboradores fixou-se em 629 rublos.

«Suscita as mais sérias preocupações a diminuição de investigadores nos departamentos de investigação dos estabelecimentos de ensino superior do Ministério da Agricultura. Entre 1991 e 1997, o seu número passou de 6 989 para 605 pessoas, o que representa uma redução de mais de 11 vezes».

O relatório do Ministério refere igualmente que a penúria de recursos afectou gravemente a cultura de sementes e o desenvolvimento de novas qualidades: «As estufas e outras instalações foram desactivadas, o que aumentou pelo menos de três a quatro vezes o prazo de desenvolvimento de novas qualidades de sementes.»

Em consequência das novas políticas, as explorações agrícolas sofreram um retrocesso tecnológico que se reflectiu numa drástica redução da produtividade e da qualidade da produção. «A produção de cereais diminuiu fortemente, o teor de açúcar da beterraba nacional é 30 a 40 por cento inferior à produzida no estrangeiro, baixou a qualidade dos legumes e das batatas.»

A falta de maquinaria adequada, a diminuição do uso de fertilizantes minerais (em mais de dez vezes), a aceleração dos níveis de salinização, de acidez e erosão dos solos por ausência de melhoramentos, são algumas das razões que, segundo o Ministério da Agricultura, explicam o retrocesso da produção agrícola em 20 a 25 anos, sendo que nalguns sectores, como o do leite, «os indicadores aproximam-se dos índices de 1914». Nas grandes cidades de Moscovo ou São Petersburgo, cerca de 80 por cento dos produtos alimentares consumidos passaram a ser importados.

Na lista da FAO (Organização para a Agricultura e Alimentação da ONU) sobre o desenvolvimento humano, a Rússia caiu da 7ª para a 40ª posição.

Na transição para o século XXI, a indústria de fertilizantes estava praticamente paralisada e as poucas fábricas que permaneciam em funcionamento destinavam o grosso da sua produção para a exportação. O elevado preço dos adubos tornou-se inacessível para a maioria esmagadora das explorações, o que provocou uma forte contracção do mercado interno.

Kara-Murza explica que a fertilidade natural dos solos garante no máximo uma produtividade de sete a oito quintais-métricos (unidade de 100 kg) por hectare. Por exemplo, entre 1909 e 1913, a produtividade era, em média, de 6,9 quintais métricos por hectare nas culturas de cereais. Para elevar o rendimento torna-se necessário adubar. Por exemplo, para se atingir os 18 ou 19 quintais-métricos por hectare (média das explorações *kolkhozianas*), eram adicionados 122 quilogramas de estrume adubado aos 124 quilogramas de matéria orgânica por hectare que permaneciam nos solos após a colheita.

Esta relação de quase equilíbrio foi profundamente alterada: «A utilização de adubos na Federação Russa caiu de 14 milhões de toneladas, em 1987, para 2,1 milhões de toneladas em 1994. Em 1995 era apenas de 1,5 milhões de toneladas, e mesmo a fertilização orgânica diminuiu quatro vezes.»

O autor nota que a Rússia passou a utilizar seis a sete vezes menos fertilizantes por cada hectare de solo cultivado do que países do «terceiro mundo», como o Brasil ou o México. «Desde 1995 que a quantidade de fertilizantes ronda os 13 quilogramas por hectare. No mesmo ano, na China, eram utilizados 386 quilogramas de fertilizantes por cada hectare. Trinta vezes mais!»

Em 1992, acrescenta, «40 por cento da área cerealífera deixou de ser adubada, situação que, um ano depois, já afectava 75 por cento destes solos». Estima-se que, em 1993, se tenham perdido 15 a 20 milhões de toneladas de cereais devido à insuficiente adubação. O correspondente aumento das importações confirma estes cálculos: «Se entre 1966 e 1970 a Rússia importava 1,35 milhões de toneladas de cereais por ano, em 1992 passou a ter de importar 24,3 milhões de toneladas.»

As reformas contra o sistema soviético tiveram um efeito devastador na agricultura. O país perdeu a sua soberania alimentar, condenando metade da população à subnutrição.

### **Dificuldades do sistema soviético**

Para além do factor climático e da qualidade dos solos, as enormes distâncias geográficas que separam os campos das cidades constituíam um obstáculo suplementar à chamada rentabilização dos *kolkhozes* e *sovkhoses*. O problema, como explica Kara-Murza, não é novo. «Na Rússia, os gastos com transportes sempre foram significativos. Nos anos 90 do século XIX, estimava-se que fossem seis vezes superiores aos dos Estados Unidos».

As conhecidas dificuldades e deficiências do sistema de abastecimento soviético eram agravadas pelas dimensões do país. Basta ver que, por cada mil quilómetros quadrados, a URSS tinha apenas 39 quilómetros de estradas. Os EUA dispunham de 601 Km, a França de 1364 Km, a Inglaterra de 1499 e mesmo a Polónia chegava aos 493 km de estrada por cada mil quilómetros quadrados de território.

A tarefa de criar uma rede rodoviária de elevada densidade adquiria, na URSS, proporções gigantescas e só poderia ser realizada através de um esforço continuado de sucessivas gerações. Porém, como nota o autor, se «em 1991, nos *kolkhozes* e *sovkhoses* da RSFSR, foram construídos 33 mil quilómetros de estradas com cobertura dura, em 1995 concluíram-se menos de 800 quilómetros (uma diminuição de 40 vezes)».

Apesar dos inúmeros problemas e dificuldades, a agricultura soviética garantia um alto nível de alimentação a todo o povo soviético, praticamente sem recurso a importações. A URSS, sublinha Kara-Murza, «produzia os principais produtos alimentares (à excepção da carne) em maiores quantidades *per capita* do que os EUA».

Os problemas mais graves situavam-se não na esfera da produção mas na cadeia de distribuição. Uma boa parte dos produtos deteriorava-se antes de chegar ao consumidor, quer devido à insuficiência de infra-estruturas, como as já referidas estradas, unidades de conservação e transformação, quer por efeito da deficiente organização e falta de equipamentos da rede comercial.

Em resumo, esta situação resultava do facto de a URSS dispor de «meios incomparavelmente menores do que, por exemplo, os EUA, para criar as suas infra-estruturas. E esta realidade só podia alterar-se com muito trabalho e nunca através da destruição dos *kolkhozes* (os quais, de resto, produziam quantidades superiores à capacidade das cidades para as transportar, transformar e conservar)».

\*\*\*

Ao contrário das economias de mercado, na URSS a produção tinha como fim a satisfação das necessidades da população e não a obtenção do lucro. «A terra», observa Kara-Murza, «como recurso nacional entregue aos *kolkhozes*, destinava-se a alimentar o povo. A produção de pão nunca poderia ser considerada não rentável».

Dados publicados na revista *Economiticheskie Strategii*, n.º 1 de 1999, revelam que, em 1913, nas vésperas da 1ª Guerra Mundial, um trabalhador podia comprar em média, com o seu salário, 13,25 cabazes de produtos alimentares (no cabaz estavam incluídos um quilograma de cada produto básico e dez ovos). Este poder de compra só foi de novo alcançado no pós-guerra, em 1952. Depois foi crescendo até atingir, em 1985, um máximo de 28,59 cabazes. A partir de 1990, este indicador começou a cair bruscamente. Em Setembro de 1998, um salário médio mensal apenas podia comprar 7,20 cabazes, ou seja cerca de metade do referencial de 1913 e quatro vezes menos do que em 1985.

Os efeitos da política anti-*kolkhozes* atingiram de imediato as camadas mais desfavorecidas da população. Em 1995, em comparação com 1991, o consumo de carne e seus derivados caiu em 28 por cento, o de manteiga, em 37 por cento, o de leite e o de açúcar, em 25 por cento. Contudo, na parte da população que foi lançada na pobreza extrema, o consumo de bens indispensáveis à saúde terá diminuído entre 50 a 80 por cento. «Nove a dez milhões de pessoas sofrem há vários anos de subnutrição, com consequências irreversíveis no seu organismo que lhes provocarão a morte prematura», salienta Kara-Murza.

No seu livro «As Reformas e a Saúde da População», publicado em 2001, B.T. Velitchkov, membro da Academia de Ciências Médicas da Rússia, observa que «em 1999, dez por cento dos jovens recrutas militares tinham peso insuficiente por falta de alimentação adequada; mais de 40 por cento das mulheres grávidas sofriam de anemia, a maioria das crianças e adolescentes não ingeria alimentos e vitaminas em quantidade necessária».

Esta obra, citada pelo autor, considera ainda que «a *aceleração* registada entre os anos 50 e os anos 80 [em 19 grupos étnicos, incluindo os russos, ucranianos, bielorrussos, tártaros e outros, verificou-se um aumento de dois centímetros na altura média da população], proporcionada pela melhoria das condições de vida, em especial da alimentação, acabou por debilitar fortemente as crianças a partir de 1990, devido à degradação da alimentação [ou seja, a geração anterior à guerra estaria fisicamente mais adaptada para suportar a penúria dos anos 90]».

«As consequências da insuficiência da actual alimentação tornam-se particularmente evidentes quando se compara o comprimento do recém-nascido com o crescimento atingido no momento da investigação. É visível que a criança, depois de anos de subnutrição, está atrasada em relação ao seu programa genético.»

### O mundo dos símbolos

«O homem vive em dois mundos: o mundo das coisas e o mundo dos símbolos, imagens», observa Kara-Murza. «As coisas criadas, quer pela natureza, quer pelo próprio homem, são o substracto material do nosso mundo. O mundo dos símbolos e das imagens é parte do universo espiritual e possui uma diversidade muito maior do que os objectos materiais. Está ligado com as coisas, mas de forma mais complexa, fluida e frequentemente imperceptível. Karl Gustav Young<sup>12</sup> escreveu: “as imagens [símbolos] são criadas pela imaginação, existem e podem ser tão reais, e em igual grau tão prejudiciais e perigosas, quanto o podem ser as circunstâncias físicas. Penso mesmo que as ameaças psicológicas são mais terríveis do que as epidemias ou os terremotos”.»

Neste sentido, o nosso autor considera que «a conduta das pessoas é determinada não directamente pela realidade mas pela forma como a percebem – através das imagens que desta retêm, construídas pela imaginação. Por isso, para a estabilidade de uma sociedade e de uma formação política é importante não só o facto de como as pessoas se alimentam na realidade, quantas calorias e albuminas consomem, mas também a forma como apreendem o processo de consumo».

Em 1989, num inquérito já citado neste trabalho, 74 por cento da *intelligentsia* responderam que o êxito da *perestroika* dependeria da existência ou não de «prateleiras cheias de produtos» (assim também responderam 45,2 por cento de todos os inquiridos na altura). Esta resposta, na opinião de Kara-Murza, «reflecte precisamente uma necessidade de imagens, de vitrinas. As pessoas que assim responderam alimentavam-se bem. Tinham à mesa carne e manteiga. Mas precisavam de “prateleiras cheias de produtos”, como símbolo

---

<sup>12</sup> Karl Gustav Young (1875-1961), psiquiatra, psicólogo e pensador suíço, fundador da «psicologia analítica». A sua obra está ligada à de Sigmund Freud.

do sucesso, da abundância (ter produtos sempre à mão significa que há muitos e que nunca teremos fome). E isto é um símbolo importante da liberdade (em qualquer momento, saio e vou comprar).»

O modelo soviético de «distribuição de comida», apesar de ter sucesso no que toca às «calorias e albuminas», era «extremamente fraco do ponto de vista das imagens e símbolos (“a realidade virtual”). Este modelo caracterizava-se nos anos 70 e 80 por dois fenómenos: o *deficit* [falta], que significava a não disponibilidade de um produto no momento desejado, e as *filas*».

Contudo, Kara-Murza afirma que, na realidade, não havia falta de produtos: «eles estavam sempre na mesa, mas a visão de prateleiras vazias dava uma impressão de penúria. Na consciência de massas criou-se a imagem do *deficit*. Havia fome de imagens dos produtos. E hoje muitos cidadãos, apesar de já estarem verdadeiramente com fome, não querem regressar ao passado soviético e à fome de imagens».

A partir dos anos 70, afirma o autor, as *filas* começaram a ser criticadas a partir de pressupostos ideológicos: «As pessoas começaram a pensar que desperdiçavam muito tempo nas filas de espera, apesar de nessa altura não haver qualquer comparação, por exemplo, com as filas do período da guerra ou mesmo dos anos 50. Mas, também já então, mais do que um problema real, existia um problema de compreensão. As pessoas perdem agora muito mais horas comparando preços de loja em loja em busca de produtos um pouco mais baratos, mas isso não lhes parece uma perda de tempo».

Nos anos 80, a constante pressão psicológica do *deficit* gerou um sentimento generalizado de frustração: «Frustração é um efeito da obsessão. A percepção da realidade é fortemente distorcida, já que quase toda a atenção se concentra precisamente numa necessidade insatisfeita (...). Nesta situação pouco importa se a necessidade é essencial ou supérflua.»

Porém, acrescenta o autor, quanto se trata de alimentos, «ao mais pequeno sinal de falta, a sua influência ao nível da consciência tem um efeito multiplicador e pode, sem qualquer fundamento real, conduzir a um estado de pânico. O risco de tal acontecer é especialmente grande nas sociedades em que há a memória histórica da fome. E a URSS ainda se encontrava dentro desta categoria».

Paralelamente, «a memória histórica» também dava garantias à população de que, em último caso, seriam introduzidos sistemas de racionamento através dos quais todos poderiam receber os alimentos indispensáveis à sobrevivência. Assim, nota o autor, ao contrário de vários países com economias de mercado, na URSS nunca se verificou essa situação de pânico, embora permanecesse uma «cansativa sensação de frustração».

(Em nota de rodapé, o autor relata que, nos anos 60, a mudança de direcção do PCUS provocou alterações sensíveis no comportamento da população. Por exemplo, em Moscovo, na altura da crise das Caraíbas de 1963, as pessoas começaram a comprar quantidades anormais de sal. O pânico podia instalar-se a todo o momento, mas a situação foi resolvida de forma expedita. Kara-Murza recorda-se de ver uma camião despejar uma carga de sal directamente no passeio numa esquina perto de sua casa: «o açambarcamento terminou de imediato».

As razões pelas quais estas contradições sociais, que na opinião do autor «tiveram um enorme papel na derrocada do sistema soviético», não foram resolvidas completamente nos anos 70 e 80, radicam não na base material da economia (kolkhozes, propriedade de todo o povo, sistema de planificação, etc.), mas «são inteiramente da responsabilidade da superestrutura».



**A economia e a sociedade**  
(V. II, parte III, C.1, págs. 400-442)

Reafirmando que as principais ideias do projecto anti-soviético surgiram nos círculos estudantis e intelectuais da chamada «geração de sessenta», instalando-se lenta mas solidamente na consciência de massas através das mais variadas e subtis formas (anedotas, filmes, canções, etc.), Kara-Murza recorda três argumentos que, desde há muito, se tinham tornado lugares comuns nos ataques ao sistema soviético, dentro e fora do país.

«O primeiro consistia no facto de que, alegadamente, os trabalhadores soviéticos eram objecto de exploração, desempenhando o Estado soviético o papel de explorador. O segundo afirmava que a nomenclatura constituía uma classe exploradora equiparada à burguesia quanto à apropriação de parte desproporcional do rendimento. O terceiro argumento atacava o “igualitarismo”, o qual, alegadamente, fazia com que ao lado de cada bom trabalhador estivesse um colega mandrião e incompetente, cujo sustento era garantido pelo primeiro.»

A eliminação destes três fenómenos negativos seria a solução para elevar significativamente o nível de vida dos trabalhadores. A reforma necessária teria, portanto, de ser capaz de alcançar tal objectivo.

Na época soviética, a mais-valia (a parte do trabalho não remunerada pelo salário) era de facto retida e utilizada para satisfazer as necessidades gerais do Estado e da sociedade. Isto significa que a maior parte dos recursos era devolvida à população sob a forma de regalias e serviços gratuitos.

É inegável que a *nomenclatura* dispunha de um conjunto assinalável de regalias e privilégios, embora estes, como sublinha Kara-Murza, de forma alguma eram superiores aos que se verificam actualmente na Rússia ou noutra qualquer país «democrático». «Antes andavam de *Volga* [automóvel soviético utilizado habitualmente pelas entidades oficiais e táxis], hoje andam de *Mercedes*.»

A questão do «igualitarismo» resulta igualmente de uma deturpação do princípio de distribuição igualitária de parte dos bens vitais, que vigorava na sociedade soviética.

«O igualitarismo», nota Kara-Murza, «significa que se recebe não segundo o trabalho, mas por pessoa. Nenhuma sociedade pode existir sem um determinado grau de igualitarismo (...), logo, a questão coloca-se quanto às suas proporções e grandeza. Admitamos que na URSS se verificava algum excesso nesta matéria. Terá chegado a ponto de justificar que hoje, mesmo comunistas, o considerem pavoroso?».

Na opinião do autor, esta é mais «uma falsidade intencionalmente introduzida na consciência social. A partir de uma base igualitária eram dadas as condições mínimas de existência e desenvolvimento humanos – o resto dependia de cada um».

«As pessoas tinham direito à habitação, a uma modesta alimentação (só possível graças aos preços baixos), à saúde, educação, transporte e livros. Se estivessem dispostas a empenhar-se, acediam a uma vida mais confortável, podiam comprar um automóvel ou beber conhaque em vez de vodka. (...) Na esfera do consumo, não havia qualquer tipo de igualitarismo.»

É certo que o consumo na União Soviética não se realizava nos moldes e com a aparente facilidade das sociedades capitalistas. Havia filas de espera e o dinheiro na mão não garantia o acesso imediato a todo o género de produtos. Num país do tipo da URSS, afirma o autor, as filas são «uma condição necessária e mesmo um sinal de uma sociedade solidária». «Muitos bens serão sempre deficitários e se não houver filas para os adquirir, isso apenas significa que o seu acesso está vedado à maioria das pessoas».

No entanto, na URSS, «já não havia filas para o pão e leite e o tempo de espera por um apartamento tinha diminuído para seis anos (as cooperativas de habitação eram uma alternativa para quem podia pagar e não desejava esperar tanto). A totalidade das habitações (100%) dispunha de electricidade. Em 1987, eram abastecidas por redes de gás 2100 cidades, 3400 vilas e 177 mil aldeias.

Todavia, a geração que crescera nos últimos 20 anos, o «indivíduo da “cultura de massas” (...) que passou a querer tudo de forma fácil e sem qualquer esforço», não valorizava suficientemente esta realidade. Neste sentimento, considera o autor, reside eventualmente «a causa da nossa catástrofe».

Pensaria talvez o «indivíduo massificado» que, com o capitalismo, todos teriam muito dinheiro para satisfazer de forma imediata qualquer necessidade. Mas tratava-se de uma ilusão.

Segundo os dados do Comité Estatal de Estatísticas da URSS e, mais tarde, da Federação Russa, no dia 1 de Janeiro de 1965, as reservas existentes no comércio retalhista eram suficientes para 85 dias de abastecimento; Na mesma data de 1970, os produtos armazenados chegavam para 88 dias; em 1980, para 77 dias; em 1985, 92 dias; em 1986, para 84 dias; em 1988, para 69 dias; e, em 1 de Janeiro de 1990, para 47 dias.

Na Federação Russa, em 1995, o abastecimento estava garantido apenas para 33 dias e, em 1996, para 39 dias. A mesma fonte refere ainda que, em 1994, 48 por cento dos produtos comercializados foram importados, percentagem que subiu para 54 por cento em 1995.

Sem a rede de transporte de gás e petróleo construída durante a época soviética, boa parte da população da Rússia já teria morrido de fome, já que os alimentos comprados no exterior são, no essencial, pagos com as receitas das exportações de combustíveis fósseis.

### A eficácia da planificação

(V. II, parte III, C.4, págs. 588-654)

A campanha ideológica anti-soviética apresentava, em geral, a economia ocidental de mercado como muito mais eficaz do que o modelo de planificação da URSS.

No entanto, Kara-Murza recorda que já Fernand Braudel<sup>13</sup> tinha observado o seguinte: «O capitalismo não poderia existir sem a ajuda servil do trabalho alheio», enquanto que «o sistema soviético conseguia existir sem a ajuda servil do trabalho alheio.»

Adoptando este raciocínio como critério absoluto, o nosso autor afirma que «em comparação com um país que não beneficia da ajuda do “trabalho alheio”, a economia soviética será sempre mais eficaz do que a capitalista» e acrescenta: «Tal como antes a URSS, a actual Rússia não dispõe de tal recurso suplementar [trabalho alheio] e o mais certo é não vir a desfrutar dele no futuro.»

A afirmação de que o sistema económico soviético não poderia ser melhorado e que a única solução era destruí-lo, nem que isso provocasse a catástrofe, só começou a ser expressa depois de 1991. Até esta altura, «mesmo os que tinham sido atraídos pela miragem anti-soviética não acreditariam e rir-se-iam de tal ideia, uma vez que não tinha qualquer correspondência com a realidade vivida durante os anos 70 e 80. Não havia quaisquer sinais de colapso ou de súbita paragem cardíaca».

O próprio Sakharov escreveu em 1987: «Não há qualquer possibilidade de a corrida aos armamentos esgotar as reservas materiais e intelectuais da URSS, levando-a ao seu desmoronamento político e económico; toda a experiência histórica demonstra exactamente o contrário» (A. Sakharov, *Paz, Progresso, Direitos Humanos. Artigos e Intervenções*, Londres, 1990, pag.66).

Antes de entrarem em colapso, as economias manifestam, durante um longo período, indiscutíveis sinais de crise ou anomalias graves.

Nos meados dos anos 80 não havia quaisquer razões de peso para prever o colapso económico da URSS. Exactamente por isso, na primeira fase da *perestróika*, o discurso falava em *aceleração*: «Ninguém pensou que se tratasse da “aceleração do colapso”. Os

---

<sup>13</sup> Fernand Braudel (1902-1985), historiador francês, representante da «Escola dos Anais», que estuda os movimentos longos da história em oposição à história dos acontecimentos.

documentos orientadores para o plano estatal adoptados pelo governo não contêm nenhuma alusão a uma depressão catastrófica ou a uma crise».

Seguindo esta lógica, o autor convida-nos a analisar alguns indicadores gerais da economia soviética publicados pelo Comité Estatal de Estatísticas da URSS em 1991 (no final do período de Gorbatchov e em vésperas da entrada de Ieltsin), no anuário estatístico, *Economia Nacional da URSS em 1990* (Quadro I).

**Quadro I**  
**Indicadores económico-sociais 1980-1990**

	<b>1980</b>	<b>1985</b>	<b>1986</b>	<b>1897</b>	<b>1988</b>	<b>1990</b>
<b>Produto Nacional Bruto</b> (em preços reais em milhares de milhões de rublos)	619	777	799	825	875	943
<b>Investimentos produtivos em todos os ramos da economia</b> (a preços comparados com 1973 em milhares de milhões de rublos)	1150	1569	1651	1731	1809	1902
<b>Produção industrial</b> (a preços comparados com 1982 em milhares de milhões de rublos)	679	811	846	879	913	928
<b>Produção agrícola</b> (a preços comparados com 1982 em milhares de milhões de rublos)	188	209	220	219	222	225
<b>Habitações entregues</b> (em milhões de m <sup>2</sup> )	105	113	120	131	132	129
<b>Cargas transportadas para utilização social</b> (em milhares de milhões de toneladas)	11,9	12,3	12,8	13,1	13,2	13,0
<b>Potência das centrais eléctricas</b> (em milhões de quilovátios)	267	315	-	-	339	341
<b>Extracção de combustíveis fósseis</b> (em milhões de toneladas)	1896	2073	-	-	2287	2271

*Fonte: Comité Estatal de Estatísticas da URSS, Anuário Estatístico, Economia Nacional da URSS em 1990*

De forma sustentada, em comparação com 1980, os índices de consumo de bens e serviços cresceram 124,7 por cento em 1985 e 127 por cento em 1989. Até quase ao desmantelamento do sistema manteve-se elevado o nível de investimento produtivo, o que, como sublinha Kara-Murza, «não se coaduna com uma expectativa de catástrofe (...) Se se investe fortemente no futuro, sem se procurar remediar o presente com o que existe, é porque não se prevê um colapso».

Entre 1980 e 1988, na URSS, o investimento cresceu 40 por cento (nos Estados Unidos, por exemplo, cresceu 30 por cento, na França 10 por cento, na RFA decresceu ligeiramente).

Também os indicadores estruturais qualitativos da economia melhoraram significativamente durante este período. Para além do aumento produtividade das culturas e da produção de leite atrás referido, diminuíram sensivelmente os gastos de combustíveis fósseis na produção de um quilovátio-hora de energia eléctrica (de 468 gramas em 1960, para 325 gramas em 1987). Note-se que, neste parâmetro, a URSS tinha ultrapassado a maioria dos países ocidentais. Nos EUA eram necessários 354 gramas de combustíveis fósseis para produzir um quilovátio-hora e, na França, 359. Em muitos sectores, a economia soviética dava sinais de ser mais eficaz do que a ocidental: «esta era a tendência natural do sistema», conclui o autor.

Em suma, os indicadores objectivos não prenunciavam qualquer catástrofe, pelo que, sublinha Kara-Murza, «a criação de tal ideia na consciência de massas foi um resultado típico da manipulação».

O colaborador científico da Universidade Estatal de Moscovo, L. Reznikov, num artigo publicado em 2001, (*Rossiski Ekonomitcheski Jurnal* n.º 4), considera ser «extremamente importante sublinhar que a situação económica da primeira metade dos anos 80, de acordo com os padrões mundiais, não era de crise. A queda dos ritmos de crescimento da produção não impediu o crescimento desta, e o abrandamento da subida dos níveis de bem-estar da população não se sobrepôs ao facto de este continuar a elevar-se».

Mas não são apenas autores russos que contestam a existência de uma crise económica no período anterior e durante a *perestróika*. Um relatório da CIA, de 1990, intitulado «A situação da Economia Soviética», afirma que o colapso não só não era inevitável como nem sequer havia crise na economia soviética. O autor observa que este documento cita a estatística soviética, reconhecendo-a em geral como exacta, ao contrário dos ideólogos da *perestróika* que questionavam sistematicamente a credibilidade dos dados oficiais, alegando que eram forjados ou, no mínimo, manipulados.

A crise começou a declarar-se após 1988, «em consequência da rejeição dos princípios fundamentais da economia soviética e das tentativas de a “hibridizar” com elementos totalmente estranhos da economia capitalista».

Os indícios da catástrofe rapidamente se propagaram e, em 1990, «o perigo de destruição da economia nacional» já era oficial. As culpas foram lançadas sobre a herança soviética, afirmando-se que a crise era resultado das anteriores tendências negativas. Não obstante, o facto é que a ruptura do sistema verificada entre 1990 e 1992 foi provocada pelas políticas concretas então levadas a cabo e não pelas décadas de socialismo que a antecederam.

Inicialmente o projecto anti-soviético propunha-se reforçar as «ligações de retorno da economia» na URSS, ou seja fazer depender directamente a produção não do Plano mas da conjuntura do mercado, da variação entre a oferta e a procura. O primeiro modelo foi a autonomia financeira das empresas, o segundo o alargamento da iniciativa dos privados. Seguiram-se outros até ao colapso total.

A este propósito, o autor recorda que, logo em 1919, o poder revolucionário experimentou a via do capitalismo de Estado. A *NEP*<sup>14</sup> (Nova Política Económica) foi uma tentativa de resolver os problemas da economia através das regras do mercado. Mais tarde as reformas de Khruchov visaram igualmente reforçar as relações de mercado.

Porém, até à sua destruição, o sistema económico soviético assentou prioritariamente na planificação como método de gestão da produção e distribuição da riqueza, onde «os critérios sociais se sobrepunham aos económicos e os objectivos a longo prazo aos de curto prazo».

---

<sup>14</sup> NEP, em russo *Novaia Ekonomitcheskaia Politika*

Ignorando as enormes potencialidades demonstradas ao longo do período de construção do socialismo, os detractores da planificação acusavam a economia soviética de, alegadamente, «trabalhar para si própria», o que levava à acumulação exagerada de reservas inúteis e de equipamentos que nunca entravam em funcionamento. A outra acusação era a de que se produziam em vão quantidades gigantescas de bens de consumo que não tinham correspondência com as necessidades do mercado.

Kara-Murza reconhece que ambas as acusações tinham um fundamento verdadeiro, mas nota que as proporções destes «defeitos» da planificação de forma alguma justificavam quer o tom das críticas, quer, sobretudo, a liquidação do sistema.

Reportando-se uma vez mais à colectânea de estatísticas, *As Finanças na URSS 1989-1990*, o autor refere que se gastavam cerca de 200 mil milhões de rublos por ano na substituição e reparação dos equipamentos industriais. Em 1989, só na aquisição de maquinaria e instrumentos, foram gastos 82,4 mil milhões de rublos e, em 1990, 85,6 mil milhões de rublos.

Em 1990, o excedente de equipamentos industriais produzidos elevou-se a 7,1 mil milhões de rublos e, em 1989, a seis mil milhões de rublos. Nestes dois anos, o capital empatado em máquinas e instrumentos não instalados representou apenas oito por cento do total da produção.

Também as perdas resultantes da produção de mercadorias que «ninguém comprava», afinal, não eram assim tão significativas. Em 1989, o comércio retalhista da URSS realizou um volume de negócios de 214,4 mil milhões de rublos e, em 1990, de 259,7 mil milhões de rublos. Segundo a publicação acima referida, «as perdas devido ao rebaixamento de preços em produtos com padrões e modelos ultrapassados, com pouca procura pela população, representaram 2,6 mil milhões de rublos em 1989 e 2,5 mil milhões de rublos em 1990». Por outras palavras, os «saldos» representavam um custo de apenas um por cento do total de vendas. Não obstante, como frisa Kara-Murza, «este problema foi inculcado na opinião pública com um carácter quase catastrófico».

### **O papel social das empresas**

(V. II, parte I, C.3, págs. 90-117)

No sistema soviético as empresas desempenhavam um papel que ia muito para além da mera produção de bens e serviços. Com vastas responsabilidades na esfera social, constituíam na realidade verdadeiros centros vitais, dos quais dependia a vida de comunidades inteiras.

Sem olharem às condições concretas do país e ao processo histórico que caracterizou a industrialização da URSS, os «reformadores» e, em geral, os economistas defensores do «mercado», não hesitaram em declarar que uma das causas principais da «ineficiência» das empresas soviéticas residia no facto de parte dos recursos serem destinados a fins sociais, como a habitação, saúde educação, etc., em vez de serem investidos no desenvolvimento da produção.

Para muitos, esta acumulação de funções contradizia os princípios da especialização e da divisão do trabalho e, mesmo que possibilitasse alguma economia de meios, designadamente na área administrativa, acabaria por representar um acréscimo dos custos finais da produção, em comparação com empresas, estatais ou privadas, exclusivamente dedicadas à sua área de especialização.

Sublinhando o carácter «comunal» das empresas soviéticas, que em certos aspectos se assemelhavam às grandes empresas nipónicas, Kara-Murza sustenta que, ao contrário do que afirmam os seus detractores, este tipo de organizações «produz um efeito cooperativo (sinérgico), que pode superar várias vezes o resultado obtido pela simples divisão do trabalho».

Entre muitos outros exemplos que abonam em favor desta tese, alguns dos quais serão citados mais adiante, o autor descreve o caso concreto da empresa têxtil *Fateks*, na região de Ivanov, que dispunha de 62 prédios de habitação, cujas despesas de funcionamento e manutenção representaram, em 1996, sete mil milhões de rublos.

Em Setembro desse ano, por exigência do comité municipal para a gestão do património, a *Fateks* foi obrigada a transferir o seu fundo habitacional para o município, que passou a assegurar, através de um empresa especializada, todos os serviços básicos e de manutenção.

Em consequência, os custos aumentaram para 26 mil milhões de rublos, ou seja, quase quatro vezes mais do que antes a *Fateks* gastava com a habitação dos seus trabalhadores.

Outras análises alegavam que as empresas só sobreviviam porque recebiam do orçamento de Estado as verbas correspondentes às despesas sociais que efectuavam. Mas também esta hipótese é refutada por Kara-Murza, notando que tal só podia verificar-se em casos isolados e nunca como regra. De facto, uma empresa em dificuldades era normalmente reequilibrada com fundos provenientes de outras unidades, geralmente do mesmo ramo, em situação de maior desafogo.

No entanto, como observa o autor, as transferências das empresas constituíam 92 por cento das receitas totais do orçamento de Estado, enquanto que os impostos pagos pela população rondavam os sete por cento. Desta forma, o Estado dependia do bom funcionamento e da saúde financeira das empresas, podendo quanto muito intervir numa pequena parte delas para manter o equilíbrio geral do sistema.

A partir de 1993, na Rússia registou-se uma acentuada diminuição das despesas sociais das empresas. Todavia, mesmo depois da sua privatização, a maioria conservou o essencial das infra-estruturas sociais, apesar de a escassez de meios obrigar a uma drástica redução dos serviços prestados.

Foi o caso da indústria têxtil da Rússia, onde nem a profunda crise em que mergulhou (após a privatização, a produção diminuiu quase seis vezes) foi razão suficiente para eliminar por completo a esfera social.

De resto, as reformas económicas tiveram, em geral, alguns efeitos surpreendentes: «A produção caiu para metade, mas os trabalhadores não foram despedidos. Não se registaram praticamente despedimentos em massa (70 por cento dos que deixaram as empresas, fizeram-no por iniciativa própria). Embora tivessem salários em atraso durante vários meses, os trabalhadores continuaram a entrar todos os dias na empresa para trabalhar. Não só não se registou uma explosão social, como nem sequer houve protestos laborais assinaláveis. Em 1994, os especialistas do Fórum Económico Mundial de Davos constatavam que, apesar de a Rússia ser o país com maior instabilidade económica, o número de greves *per capita* tinha sido dez vezes inferior ao registado na próspera Espanha.»

Um projecto financiado pelo Ministério da Economia da Federação Russa, em 1995, denominado «Monitorização do Estado e Comportamento das Empresas», que abrangeu 433 unidades industriais, concluiu o seguinte:

«Na maioria esmagadora das empresas não se verificaram alterações nas infra-estruturas sociais. No conjunto das unidades estudadas, 61 por cento mantiveram a anterior situação em relação às instituições pré-escolares e sanitárias; 65 por cento conservaram o seu património habitacional e serviços comunais; 81 por cento, os equipamentos e actividades culturais; 86 por cento, os serviços de saúde pública; 91 por cento, os estabelecimentos de ensino.

«A atitude das empresas para com a esfera social varia consoante o número de trabalhadores. Nas empresas de menor dimensão, as alterações [leia-se cortes] são mais notórias. Concluiu-se ainda que as empresas estatais têm maior tendência para conservar os equipamentos sociais dentro da sua própria estrutura, sendo que algumas delas assumem a responsabilidade por instituições de carácter social.

«A transformação dos equipamentos sociais em sujeitos jurídicos decorre de forma bastante lenta. No seu conjunto, adquiriram autonomia jurídica, separando-se das

empresas, apenas três por cento das instituições pré-escolares, o mesmo acontecendo com 4,5 por cento do fundo habitacional e serviços comunais; cinco por cento dos equipamentos culturais; e três por cento dos estabelecimentos de saúde.

«Em 1995, as despesas de manutenção e funcionamento dos equipamentos sociais a cargo das empresas não sofreram qualquer diminuição. Pelo contrário, na maioria dos casos (68%) verificou-se um aumento das verbas destinadas a serviços com importância vital para os trabalhadores, designadamente os ligados ao fundo habitacional e serviços comunais e os de saúde. Cerca de dois terços das empresas aumentaram as despesas com os estabelecimentos pré-escolares e de saúde. No entanto, no que toca a instituições de cultura e de ensino, apenas 56,2 por cento e 46,8 por cento das empresas aumentaram, respectivamente, os orçamentos.»

O estudo constatou ainda que nas empresas até 200 trabalhadores, apenas entre 25 a 50 por cento aumentaram as despesas sociais, enquanto que esta percentagem variou entre os 67 e os 80 por cento nas empresas com mais de cinco mil trabalhadores.

Curiosamente, o maior aumento das despesas sociais verificou-se na indústria ligeira, sector que registou igualmente a maior quebra da produção (33 por cento entre Janeiro e Agosto, em comparação como o mesmo período de 1994).

Por outro lado, concluiu-se que «a entrega de equipamentos sociais a empresas terceiras não conduz (pelo menos num curto espaço de tempo) a uma redução das despesas sociais das empresas».

Os dados apurados indicam que 46,4 por cento das empresas que «concessionaram» os estabelecimentos pré-escolares e sanitários sofreram um aumento de custos; 42,9 por cento conseguiram reduzi-los e 10,7 por cento não registaram alterações. Os mesmos efeitos verificaram-se relativamente ao património habitacional e serviços comunais (57,4%, 38,9% e 3,7%, respectivamente); equipamentos sócio-culturais (31,3% 37,5% e 32,3%, respectivamente); saúde (44,4% e 55,6%).

Comentando os resultados deste estudo oficial, Kara-Murza observa que «as empresas, incluindo as que já foram privatizadas, não consideram possível suspender a prestação de serviços sociais vitais aos trabalhadores (incluindo antigos empregados e pensionistas), apesar da acentuada queda da produção».

Os serviços sociais, mesmo quando são separados (transformando-se em empresas comerciais independentes ou transferidos para outras entidades, designadamente municípios), continuaram a ser pagos pelos antigos proprietários – as empresas.

«Pelos vistos, a infra-estrutura social das empresas na Rússia só poderá ser completamente liquidada com a liquidação das próprias empresas», afirma o autor, concluindo que «esta característica indissociável das empresas soviéticas, ausente nas congéneres capitalistas do Ocidente, transforma-as num organismo social de tipo diferente».

### O direito à alimentação

As cantinas das empresas (industriais e agrícolas) cobriam mais de 90 por cento dos trabalhadores, representando 40 por cento do total da oferta da restauração pública existente na Rússia. Em 1990, estes serviços eram utilizados diariamente por 84 milhões de pessoas, ou seja mais de metade da população.

Praticamente todas as empresas subsidiavam as suas cantinas, mas o seu tipo específico de organização e gestão tornava difícil determinar os verdadeiros encargos. Isto acontecia, explica Kara-Murza, não só porque algumas despesas entravam na contabilidade geral da empresa, mas também porque muitos produtos eram produzidos directamente em explorações agrícolas que lhes pertenciam.

Aliás, de acordo com inquéritos realizados em 1996, um quarto das empresas ainda mantinha as suas quintas, cuja produção, em 86 por cento dos casos analisados, se

destinava a abastecer as cantinas, sendo o restante vendido aos trabalhadores a preços reduzidos. Em três por cento das empresas, os produtos agrícolas eram distribuídos gratuitamente aos empregados.

Para além de manterem explorações agrícolas próprias, as empresas também disponibilizavam aos seus trabalhadores talhões de terreno para cultivo individual. Estas hortas particulares forneciam uma parte importante dos alimentos, revelando-se decisivas para muitas famílias durante a profunda crise económica que se sucedeu à destruição do socialismo.

No seu livro, *O Que Aconteceu? O Que Acontecerá?*, N.N. Rumianstev, um destacado gestor de empresas citado na presente obra, descreve as estreitas relações que mantinha com o campo o grande combinado da indústria têxtil, onde trabalhou. Os factos relatados referem-se a 1992.

«Em tempos, o *Sovkhoz* Privoljski chegou a pertencer ao Combinado. Quando se autonomizou, construámos-lhe 73 casas individuais, com as respectivas infra-estruturas de água quente e saneamento, para que pudesse contratar um número suficiente de trabalhadores.

«Só nos primeiros dez meses de 1992, gastámos mais de dez milhões de rublos na construção das casas, estábulos, celeiros e caminhos. Neste período, o *sovkhoz* realizou uma produção no valor de 8,5 milhões de rublos. Penso que em breve iremos receber entre cinco a seis mil litros de leite de vaca por ano, teremos frangos e, pelo menos, conseguiremos abastecer os jardins-de-infância com ovos. Estamos a pensar em criar gansos, já que existe um grande lago na propriedade.

«Nas nossas unidades fabris abrimos postos de venda e constatámos que podíamos vender os produtos duas ou três vezes mais barato do que na rede de comércio do Estado. O leite era vendido a três rublos o litro, enquanto no comércio normal custava dez. O mesmo sucedia com o vestuário, calçado e a generalidade dos produtos alimentares. A carne que produzíamos tinha um preço de 30 rublos, cinco vezes menos que no exterior. No fim de contas, tudo isto fazia parte do salário, só que era pago sob a forma de bons produtos».

Estes canais invisíveis de distribuição de alimentos, bem como a vasta rede de cantinas, explicam «um mistério indesvendável para os especialistas ocidentais: como é que apesar da carência de alguns produtos no comércio retalhista, o seu real consumo na URSS era bastante elevado segundo os padrões do Ocidente?».

As privatizações e a crise económica implicaram sérios cortes nas despesas sociais e, com a súbita desvalorização dos salários, mesmo as cantinas tornaram-se inacessíveis a muitos trabalhadores. Por isso, «entre 1991 e 1993, os serviços de refeitório na esfera produtiva sofreram uma quebra entre 70 a 80 por cento». Os equipamentos foram simplesmente encerrados, ficando à espera de melhores dias.

### Habitação garantida

Na URSS, a habitação era um direito constitucional garantido pelo Estado. Os sem-abrigo, enquanto fenómeno social, não existiam. O Estado, quer através do poder local (os soviets), quer através das empresas, assegurava a todos um tecto com direito vitalício de usufruto. Qualquer acção de despejo estava proibida por lei a menos que fosse disponibilizada uma habitação equivalente.

Este direito estava tão interiorizado na população que, observa Kara-Murza, «passados sete anos após a liquidação da legislação soviética, o poder político ainda não tem força para despejar aqueles que têm rendas em atraso (em algumas regiões, há cidades inteiras em que a quase totalidade das pessoas não paga as respectivas rendas)».

Até 1988, a construção de habitações prosseguiu num ritmo acelerado, mas as reformas liberais de Gorbatchov inverteram esta tendência:



«A partir de 1989 a construção de novos fogos diminuiu três vezes e apenas um terço dos fogos continuou a ser entregue gratuitamente às famílias em lista de espera. Isto significa que a entrega de habitações diminuiu de facto seis vezes. Em alternativa passou a existir um mercado de imobiliário praticamente inacessível aos trabalhadores. Em 1993, um apartamento normal com dois quartos custava, na Rússia, o equivalente a 8,8 rendimentos médios/ano ou a 15,3 salários médios anuais. Nos anos 70, a aquisição de um apartamento semelhante (construído com meios próprios através de cooperativas de habitação), representava 3,4 salários médios anuais.»

Em 1991, existiam na URSS 87,2 milhões fogos (apartamentos e moradias), dos quais 48 milhões pertenciam ao Estado ou a organizações sociais. Os restantes eram propriedade particular dos cidadãos.

O fundo habitacional do Estado (onde se incluíam órgãos centrais de administração e empresas) era constituído por 46,4 milhões de apartamentos e moradias individuais (96,7%) e por 1,6 milhões de habitações colectivas (3,3%), que acolhiam mais do que uma família.

O grosso das despesas com a manutenção e funcionamento estava a cargo do Estado que, em 1989, gastava seis rublos em dotações orçamentais por cada rublo que recebia em rendas.

A renda paga pela habitação representava apenas cerca de um por cento do orçamento familiar, atingindo os três por cento com os serviços comunais incluídos (água, electricidade, aquecimento, gás, telefone, etc.).

As empresas eram responsáveis por aproximadamente 20 por cento da área residencial, mas em cerca de 40 por cento dos seus apartamentos residiam pessoas que já não trabalhavam nas respectivas unidades industriais. Depois de entregues aos trabalhadores, estes, se o desejassem, mantinham a sua casa mesmo que mudassem de emprego logo a seguir. No entanto, refere Kara-Murza, «tal atitude era considerada pouco ética e normalmente o trabalhador, após receber a habitação, mantinha-se na empresa pelo menos durante um a dois anos», prazo que era normalmente cumprido embora a lei não o determinasse.

Os três combinados têxteis onde N.N. Rumiantsev exerceu o cargo de director deram origem à formação de pequenas cidades. O primeiro foi em Putchtej, seguiu-se no combinado de Pistsovo, onde trabalhavam 4300 pessoas e, por último, o maior combinado de lanifícios da URSS, em Povoljki. Da sua experiência recorda: «Em todo o lado, havia muitas dificuldades com a habitação. Em Pistsovo, criámos uma organização que foi capaz de construir mais de 70 prédios por ano. Nos seis anos em lá que trabalhei, conseguimos resolver o problema da habitação. Há muito que tinha para mim uma regra simples: se queres conseguir qualquer coisa na produção, preocupa-te, em primeiro lugar, com as condições de vida das pessoas.»

Mas as coisas nem sempre eram assim tão simples. Reportando-se ao seu mandato na empresa *Iakovlev*, em Povoljki, este responsável afirma que o maior problema não era o dinheiro: «Chegámos a destinar oito milhões de rublos para a área sócio-cultural, onde estava incluída a habitação. Tratava-se de uma verba enorme para aqueles tempos, suficiente para construir 2800 fogos. Tínhamos o dinheiro, mas construíamos pouco. A razão era a habitual: tínhamos falta de mão-de-obra, materiais de construção, máquinas, etc.

«Toda a cidade dependia do combinado industrial. Tínhamos de pensar no desenvolvimento da produção e, ao mesmo tempo, avançar com todas as infra-estruturas. Cabia-nos fornecer o aquecimento, a água quente e fria.

«Apesar de todas as dificuldades, passámos de 34 mil para 200 mil metros quadrados. Inicialmente marcámos passo, uma vez que era prioritário alojar as pessoas que viviam em pré-fabricados de dois andares, em barracas e em caves. Ao mesmo tempo criámos as infra-estruturas para fornecer água, gás, aquecimento e saneamento aos bairros que não

dispunham destes serviços. Construimos jardins-de-infância e ordenamos os territórios envolventes das fábricas. Chegámos mesmo a asfaltar ruas da cidade».

Nas suas memórias, escritas no final de 1992, Rumiantsev evoca o período da *perestroika* e o primeiro ano das reformas de Ieltsin nos seguintes termos:

«A habitação foi sempre para mim a questão mais importante. Recordo-me da alegria que senti quanto foi anunciado o programa de Gorbatchov que declarava o objectivo de garantir a todos um apartamento ou uma moradia individuais até ao ano 2000. Toda a minha equipa começou a fazer cálculos, acreditando que era possível resolver o problema antes daquele prazo. A verdade é que, segundo as nossas contas, seria possível eliminar as listas de espera em 1995.

«(...) Nesse tempo, nós já não contávamos com a ajuda do Estado e construimos com os nossos próprios meios. Em média, conseguíamos uma centena de apartamentos por ano e apoiávamos a construção individual.

«Em 1991 construimos dois prédios com 475 apartamentos (...). O problema da habitação estava a ser resolvido até que aconteceu a desgraça da privatização. Recebemos dois despachos ordenando a transferência da propriedade dos imóveis para os órgãos locais. Recusámos, o caso foi para tribunal que decidiu contra nós».

A privatização da habitação teve início em 1990 mas, a partir de 1993, este processo foi retardado acabando por ficar suspenso. Em 1996, apenas 36 por cento dos apartamentos tinham sido privatizados.

O facto é que a grande massa dos trabalhadores não tinha meios para pagar os elevados custos dos serviços comunais. Como recorda Rumiantsev, o aquecimento, água e o saneamento de cada habitação custava ao combinado cerca de três mil rublos por mês, ou seja, mais do que o salário vigente na indústria ligeira e muito acima do valor médio das pensões.

As dotações das empresas tinham assim uma importância vital: «Sem elas as pessoas não podiam fisicamente sobreviver», observa Kara-Murza.

Tanto mais que a nova legislação previa que os órgãos de poder local, agora detentores do património habitacional, financiassem as despesas de funcionamento e manutenção dos imóveis com os dividendos das acções que lhes couberam na sequência da privatização das empresas.

Mas tal revelou-se «uma utopia, uma vez que quase todo o sector produtivo da Rússia começou a acumular prejuízos, não havendo lugar ao pagamento de quaisquer dividendos». Em resultado, acrescenta Kara-Murza, «os órgãos locais recusaram-se a assumir a responsabilidade pelas habitações ou exigiram que as empresas continuassem a suportar as respectivas despesas».

As reformas e a profunda crise económica levaram à degradação do parque habitacional e das infra-estruturas comunais, provocando verdadeiras tragédias em muitas cidades da Rússia, onde ter uma casa aquecida não é um luxo mas sim uma condição básica para sobreviver aos rigores do prolongado Inverno.

### Os cuidados de saúde

As empresas eram igualmente responsáveis por parte importante do sistema de saúde soviético. Mesmo depois da privatização, a maioria continuou a assegurar estes serviços.

Em 1996, de acordo com os dados do estudo «Monitorização das Empresas», apenas nove por cento delas tinham entregado estes serviços a entidades externas. Em 86 por cento dos casos não se registaram alterações em relação ao período soviético.

O inquérito apurou ainda que 55 por cento das empresas dispunham de uma policlínica ou centro médico, 11,3 por cento dispunha de um hospital (antes existiam hospitais em 19 por cento das empresas), enquanto 42,3 por cento possuíam casas de descanso, sanatórios ou centros de profilaxia.

Apesar destes números continuarem a impressionar, a política de saúde pós-*perestróka* sofreu profundas alterações que tiveram graves consequências na população. Um relatório sobre a saúde pública na Federação Russa em 1992, citado por Kara-Murza, refere:

«O aumento das doenças está associado à significativa redução dos programas de rastreio da tuberculose na população (...) Em 1992, o aumento da tuberculose agravou-se porque todos os controlos médicos, incluindo os meios de rastreio desta doença, deixaram de ser financiados pelo orçamento do Estado e foram entregues à responsabilidade total das empresas, das instituições e dos cidadãos. A diminuição do nível de vida da população levanta o perigo real do surgimento de focos epidémicos de tuberculose em várias regiões do país. Ao mesmo tempo, devido à falta de financiamento, o eficaz sistema anterior de administração e controlo centralizados das instituições de tuberculose (rastreio, diagnóstico e tratamento) deixou na prática de funcionar.»

### O apoio à infância

A criação de uma vasta rede de jardins-de-infância foi essencial para que as mulheres se pudessem envolver activamente na esfera produtiva. Estas instituições começaram a ser criadas nos anos 30, desempenhando um papel fulcral na organização da vida de milhões de trabalhadores.

Em 1990, só na Federação Russa, existiam 87,9 mil instituições pré-escolares (47,3 mil nas cidades e 40,6 mil nas povoações rurais). Eram frequentadas por cerca de nove milhões de crianças, com idades de um a seis anos, ou seja, 66 por cento do total.

Por efeito das reformas, em 1995, já só existiam 68,5 mil jardins-de-infância e o número de criança baixou fortemente para 5,1 milhões em 1996. Kara-Murza identifica duas razões para esta situação: «a redução do número de crianças devido à acentuada quebra da natalidade e o aumento dos encargos que ocorreu em simultâneo com a diminuição dos rendimentos da população».

Em suma, por falta de capacidade financeira, as famílias tiveram de retirar os seus filhos do jardim-de-infância, o que levou ao encerramento de quase 30 mil estabelecimentos. A crise destes agravou-se devido ao abandono a que foram votados pelo Estado.

Uma década atrás, o Estado ainda fazia importantes investimentos nesta rede. Em 1989, na Federação Russa, nove por cento dos edifícios foram demolidos e substituídos por novas construções, enquanto que 23 por cento sofreram profundas obras de remodelação. Nos anos seguintes esta política foi interrompida: «A doutrina do regime social da Rússia de mercado estipulava claramente a liquidação dos jardins-de-infância como instituição específica da sociedade sem classes».

Na época soviética, 80 por cento das empresas possuíam jardins-de-infância. Perderam-nos com a transição da propriedade para os órgãos de poder local que, por sua vez, os venderam para os mais variados fins, designadamente para restaurantes e lojas comerciais.

O Estado soviético suportava directamente 87 por cento das despesas com as crianças nos jardins-de-infância. O restante cabia às famílias. A manutenção destes estabelecimentos não representava qualquer sobrecarga para as empresas, que até recebiam crianças de fora.

No final de 1995 a realidade era completamente diferente. Nos jardins-de-infância municipais, o custo por dia e por criança atingia em média 2638 rublos. Este valor subia para 3080 rublos nos estabelecimentos geridos por outras instituições do Estado. O salário mensal médio foi nesse ano de 472 mil rublos, mas havia vários meses de salários em atraso em muitas empresas. Por isso, de acordo com o estudo acima citado, 63,4 por cento das unidades industriais foram obrigadas a assumir as despesas dos seus trabalhadores com os jardins-de-infância.

## A extinção da pobreza

A cultura soviética encarava a pobreza como um vestígio do passado, uma consequência do insuficiente desenvolvimento da economia ou de anomalias sociais. Cada cidadão soviético tinha direito a receber uma quantidade de bens materiais suficiente para viver.

A relação da sociedade soviética com a pobreza, como assinala Kara-Murza, distinguia-se substancialmente da que se observa nos ricos países capitalistas, onde este fenómeno é visto por muitos como natural e, por alguns, até como necessário. Aqui, para a grande maioria, tratar-se-á do resultado das opções de cada indivíduo ou de uma espécie de bitola que permite avaliar o seu esforço e capacidade para vingar na vida.

A ideia de que a pobreza é um fenómeno «natural» e perene nas sociedades humanas parece encontrar fundamento no facto de, nos países capitalistas, os níveis de pobreza se manterem praticamente inalterados ao longo de décadas, não se observando igualmente grandes variações nas percentagens de ricos e pobres, nem entre estes e as camadas intermédias.

Este determinismo social não se verificava na União Soviética. As razões são conhecidas. Depois de extintos o desemprego e a pobreza, o nível de vida foi elevado de forma sustentada, mantendo-se um baixo coeficiente de diferenciação (relação dos dez por cento dos rendimentos mais elevados com os dez por cento de rendimentos mais baixos. Ver quadro 2).

### Quadro 2.

Distribuição dos trabalhadores da indústria e serviços segundo o salário  
(em percentagem do número total)

Salário em rublos	1946	1956	1968	1976	1981	1986
Menos de 80	86,9	70,3	32,3	15,0	6,3	4,8
80 – 100	6,9	13,1	21,1	14,5	13,5	11,2
100 – 140	4,2	10,1	25,5	25,9	24,6	21,1
140 – 200	2,0	3,9	14,5	27,5	36,2	29,5
200 - 300	0,7	1,9	4,4	12,7	17,9	22,7
300 – 400	0,3	0,4	1,1	2,4	4,2	7,4
Mais de 400	-	-	-	1,0	1,9	3,1
Coeficiente de diferenciação (diferença entre os 10% mais bem pagos e os 10% menos bem pagos)	-	3,28	2,88	3,35	3,12	3,38

Para além da política de rendimentos, os produtos de primeira necessidade tinham um preço baixo, o que garantia condições de igualdade de acesso independentemente do nível de rendimentos.

No Ocidente, escreve Kara-Murza, passa-se exactamente o oposto: «O pão e o leite são relativamente muito mais caros do que um automóvel ou um aparelho de vídeo. Eis um

exemplo: em 1989 comprei em Espanha um videogravador de marca japonesa que custou o equivalente a 300 pães. Em Moscovo revendi-o por três mil rublos, quantia que na altura era suficiente para comprar 24 mil pães. Dito de outra forma e tomando como unidade de medição o videogravador, na URSS o pão custava 80 vezes menos do que na Espanha».

Ao contrário do Ocidente, onde a estrutura de preços constitui uma barreira suplementar para as camadas mais desfavorecidas, na URSS a política de preços baixos nos produtos essenciais facilitava a vida dos que tinham menores rendimentos, igualando-os praticamente nos indicadores fundamentais aos mais abastados. «Através de baixos preços as pessoas libertaram-se da pobreza e a URSS transformou-se numa sociedade de “classe média”», sublinha o autor.

Num país que há muito tinha eliminado a pobreza estrutural, o regresso da miséria em larga escala foi uma «criação» das políticas «reformadoras». As alterações na política de preços verificaram-se logo a partir de 1991.

Na época soviética, o preço do pão de trigo, por exemplo, era determinado da seguinte forma: «O custo da transformação, fabrico e comercialização de um quilo de trigo representava 1,1 vezes o preço do quilo do cereal. Em 1986, o quilo de trigo custava 17,2 kopeques (centésimos do rublo). Com um quilo de trigo fabricavam-se dois quilos de pão. Ou seja, estes dois quilos de pão resultantes de um quilo de cereal custavam  $17 + 19 = 36$  kopeques (19 kopeques correspondiam ao custo da transformação, fabrico e comercialização). Estes dois quilos eram vendidos por 44 ou por 56 kopeques no pão de primeira qualidade. A margem de lucro era muito reduzida. Os preços eram quase “técnicos”, já que o Estado se recusava a reter uma percentagem de lucro maior. Porém, os preços do pão não eram subsidiados».

Os subsídios, sobre os quais muito se especulou durante a *perestróika*, eram sobretudo destinados à produção de carne e, sobretudo, de leite, absorvendo este último cerca de 40 por cento das dotações orçamentais para produtos alimentares. Em 1986, refere o autor, o preço do leite à produção era de 42,4 kopeques por litro, mas no comércio retalhista o consumidor apenas pagava 30 kopeques.

Voltando ao exemplo do pão, Kara-Murza mostra como as reformas políticas se reflectiram no preço de um produto tão essencial: «Em Dezembro de 1993, um pão feito a partir de 330 gramas de trigo da colheita de 1992, já custava 230 rublos. Ora, calculando com base no preço estatal do cereal nesse ano, aquela quantidade de trigo representava quatro rublos. Se somarmos um montante semelhante (110%) para cobrir os custos de fabrico e comercialização, obtemos um custo total um pouco acima dos oito rublos por unidade de pão. Mas esta era vendida a 230 rublos, ou seja, uma diferença de 222 rublos que foram retirados dos bolsos dos consumidores».

Esta tendência manteve-se nos anos seguintes. Na Primavera de 2000, a diferença entre o custo total de produção e comercialização e o preço de venda atingia 733 por cento.

A alteração radical do sistema de formação de preços foi conjugada com a alteração no sistema de distribuição dos rendimentos. Kara-Murza nota que a situação actual é de tal forma grave que muitos dos indicadores normalmente utilizados nos países capitalistas, como por exemplo o salário médio (que também fornecia uma informação bastante fidedigna do nível de rendimentos na URSS), não têm hoje qualquer utilidade na Rússia.

A evolução do já referido coeficiente de diferenciação (relação dos dez por cento dos rendimentos mais elevados com os dez por cento de rendimentos mais baixos), não parou de aumentar. Em 1991 era igual a 4,5 (nos EUA era de 5,6). Mas em 1994, segundo dados do Comité Estatal de Estatística, já atingia 15,1 e, em 1996, um estudo conjunto realizado por sociólogos da Academia de Ciências da Rússia e da Universidade do Norte da Carolina (EUA), abrangendo os rendimentos de quatro mil famílias, concluiu que aquele coeficiente atingia na realidade 36,3.

Também a relação dos rendimentos do trabalho com os provenientes da propriedade adquiriu proporções inéditas. Em 1995, de todos os rendimentos da população, os salários constituíam apenas 39,3 por cento, enquanto os proveitos da propriedade atingiam 44 por

cento. A relação «é de 0,89:1. O normal numa sociedade de mercado é uma relação de cerca de 5:1».

O empobrecimento da população teve efeitos imediatos no consumo de bens alimentares: «Em 1995, o consumo de manteiga animal diminuiu duas vezes e meia em comparação com 1990. As vendas de carne vermelha e de aves caíram neste período de 4,7 milhões para 2,1 milhões de toneladas. Porém, a diminuição do consumo concentrou-se praticamente em absoluto na população afectada pela pobreza. Ou seja, metade dos cidadãos da Rússia ficou totalmente privada de carne e de manteiga. Não há, portanto, qualquer possibilidade de se estabelecer uma média quanto ao consumo destes bens.»

### O pleno emprego

O pleno emprego na URSS era, desde há várias décadas, uma conquista indesmentível do projecto soviético. Kara-Murza reconhece que «a garantia do direito ao trabalho tinha muitas insuficiências e que o ideal “de cada um segundo as suas capacidades” estava ainda longe de ser atingido. O nível de desenvolvimento real da indústria não permitia adequar a qualidade dos postos de trabalho às aspirações da juventude que recebera formação.»

No entanto, «a inexistência de desemprego era um passo colossal para o bem-estar e a liberdade do trabalhador comum. Esta foi uma conquista histórica que elevou a dignidade humana. As pessoas ainda não interiorizaram todas as consequências da perda de tal bem porque não se vêem a si próprias como verdadeiros desempregados e, sobretudo, não admitem que tal situação se venha a repercutir nos seus filhos e nas futuras gerações. Nós vivemos ainda em parte sob o regime soviético».

«Na consciência das pessoas, o pleno emprego transformou-se numa espécie de fruto da natureza, numa condição natural de vida. Este sentimento esvaziou o conceito de direito ao trabalho como reivindicação social e política e deixou de ser valorizado como tal. Por isso, não eram previsíveis grandes movimentações sociais em sua defesa embora a população, de forma passiva, condenasse claramente o fenómeno do desemprego, como demonstraram os inquéritos realizados regularmente. Para acalmar eventuais receios, Gorbatchov não se cansou de repetir que, venha o que vier, o desemprego nunca será permitido.»

Mas, por detrás desse discurso, há muito que outro tipo de convicções vinha sendo consolidado. Afirma o nosso autor que, «desde os anos 60, quando teve início o desvio gradual do projecto soviético entre a *nomenclatura* partidária-estatal da URSS, alguns começaram pôr em causa o direito constitucional ao trabalho, lançando pouco a pouco a ideia de que o desemprego podia ter efeitos benéficos no conjunto da sociedade. Este tema passou a estar presente em certos círculos intelectuais-partidários, onde era frequente os dirigentes do aparelho económico queixarem-se de que o pleno emprego impedia o aumento da eficácia da produção. Porém, como o direito ao trabalho constituía a pedra de toque do nosso sistema ideocrático, estas declarações não podiam ter carácter oficial, se bem que contassem com a clara aprovação de cúpulas do PCUS.»

Kara-Murza indica ainda que os primeiros textos, que defendiam de forma indirecta e um pouco mais tarde abertamente a necessidade do desemprego, foram publicados na revista *Kommunist*<sup>15</sup>, o primeiro dos quais logo em 1986, (nº14), assinado por S. Chatalin<sup>16</sup>, que falava numa transição do «simples pleno emprego para um pleno emprego social e economicamente racional».

---

<sup>15</sup> Revista do Comité Central do PCUS

<sup>16</sup> Stanislav Sergueevitch Chatalin (1934-1997), doutorado em Ciências Económicas, fundou e dirigiu a cátedra de Economia Cibernética na Faculdade de Economia da Universidade Estatal de Moscovo. Em 1989 integra a comissão das reformas económicas e em 1990 dirige o grupo de trabalho para a transição para a economia de mercado («Programa dos 500 dias»). Funda, em 1991, o Partido Democrático Unido e, em 1994, a sua própria instituição financeira, *Chatalin & C.ª*.

A partir de 1988, multiplicaram-se as intervenções este tipo: «Esta campanha foi feita através da imprensa partidária de forma completamente totalitária. Em 1988 tentei responder a um desses artigos publicado no jornal, *Literaturnaya Gazeta*, enviando a várias publicações um texto basicamente informativo sobre o tema. Para meu profundo espanto, nenhuma das publicações “comunistas” desejou publicá-lo, alegando que as respectivas redacções tinham uma opinião diferente da minha.»

Impacto maior terá tido sem dúvida a posição assumida pelos próprios sindicatos: «Em Março de 1991, ainda na época soviética, a União de Sindicatos da URSS editou um livro com uma enorme tiragem, intitulado *Economia de Mercado: A Via Alternativa*, da autoria de reputados economistas, onde se lê:

«Podemos dizer que o mercado produz desemprego. Mas será que o desemprego é um atributo apenas da economia de mercado? Será que no sistema de comando administrativo da produção não existia desemprego? Existia, só que tinha um carácter estrutural, regional e sobretudo oculto. A diferença entre o mercado e o sistema de comando administrativo consiste não no facto de no primeiro existir desemprego e de no segundo não existir, mas no facto de, nas condições de mercado, o desemprego ser oficialmente reconhecido e os desempregados receberem um subsídio».

Em 1993, a Constituição da Federação Russa eliminou o direito ao trabalho enquanto tal, substituindo-o pelo «direito ao trabalho em condições que respondam às exigências da segurança e higiene». Por outras palavras, comenta o autor, «o direito ao trabalho foi substituído por uma garantia de determinadas condições de trabalho e, em seu lugar, foi introduzido o direito de “protecção contra o desemprego” que, não passando de uma vã declaração, uma vez que não é acompanhado de qualquer garantia efectiva, significa apenas a negação na Constituição do princípio do pleno emprego».